



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

ANO XXIX — Nº 3

QUINTA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 1974

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 3ª SESSÃO, EM 6 DE MARÇO DE 1974

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Avisos do Sr. Ministro dos Transportes

— Nº 30/GM/GB, de 28 de fevereiro de 1974, comunicando a entrega ao tráfego, no dia 7 de janeiro, do trecho ferroviário Botucaraí — Ramiz Galvão, da Variante de Cachoeira; em 17 do mesmo mês, mudança de tração entre Santos e São Paulo, na subida da Sertão do Mar, de funicular para cremalheira-aderência, e, no dia 28, a entrega, no Porto de Maceió, Estado de Alagoas, de novas obras e melhoramentos daquele terminal portuário.

— Nº 32/GM/GB, de 28 de fevereiro de 1974, comunicando a entrega ao tráfego público, no dia 3 de janeiro, do trecho Além-Paraíba-Teresópolis, da Rodovia BR-116, no Estado do Rio de Janeiro, a entrega ao trânsito público, em 22 do mesmo mês, da duplicação do trecho Salvador-Feira de Santana, da Rodovia BR-324, no Trevo de Campinas, Cidade de Salvador, Bahia, e, no dia 30, a entrega ao trânsito público do segundo trecho da Rodovia Transamazônica — BR-230 Itaituba — Humaitá, com 1.070 km.

1.2.2 — Comunicação

Da Bancada da Aliança Renovadora Nacional, indicando o Sr. Senador Petrônio Portella para, exercer, cumulativamente, as Lideranças do Partido e da Maioria no Senado Federal.

1.2.3 — Offícios das Lideranças

— Da Liderança da ARENA, encaminhando à Presidência as indicações nominais dos Titulares e Suplentes que, como representantes do Partido, integrarão as Comissões Permanentes do Senado.

— Da Liderança do MDB, encaminhando à Presidência as indicações nominais de Titulares e Suplentes que representarão o Partido nas Comissões Permanentes da Casa.

1.2.4 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 3/74, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera a proporção estabelecida no artigo

132 da Consolidação das Leis do Trabalho, reconhecendo ao trabalhador o direito a férias de trinta dias, e dá outras providências.

1.2.5 — Requerimentos

— Nº 3/74, apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres, de transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Ministro Mário Andreazza, quando da inauguração da Ponte Rio-Niterói.

— Nº 4/74, subscrito pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres, de transcrição, nos Anais do Senado, do editorial "Quadro Vivo", publicado no Correio Braziliense, em 3 de março de 1974.

— Nº 5/74, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, de transcrição, nos Anais do Senado, do artigo do Senador Paulo Torres, intitulado "A Ponte, do Império à Revolução de 64", publicado no "O Fluminense" de 04-03-74.

1.2.6 — Discursos do Expediente

SENADOR FRANCO MONTORO — Aduzindo novas considerações sobre a Indicação nº 1/73, de sua autoria, que sugere a adoção de novo procedimento no exame da Mensagem Anual do Presidente da República ao Congresso Nacional.

SENADOR LEANDRO MACIEL — Apresentando sugestões visando sanar a problemática do Rio Japarutuba no Estado de Sergipe,

SENADOR RUY CARNEIRO — Comentário ao Relatório da Presidência do Senado, referente aos trabalhos da Casa na sessão legislativa recém-fimada.

1.2.7 — Fala do Sr. Presidente

Agradecimento às referenciais elogiosas à atuação de S. Ex^a à frente da Presidência do Senado.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 23/73, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que estabelece a prescrição quinquenal do Direito do Trabalho, alterando o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho. **Aprovado**, em segundo turno, com emenda. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 108/73, de autoria do Sr. Senador Osires Teixeira, que altera a redação do § 3º do art. 1º

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

PAULO ABRÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Chefe da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,30)

Tiragem 3 500 exemplares

da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, para o fim de determinar a transferência da sede da SUDECO para a cidade de Goiânia. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Rejeitado**, após encaminhar sua votação o Sr. Senador Virgílio Távora. Ao Arquivo.

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR GUIDO MONDIN — Relatório da Presidência do Senado, referente aos trabalhos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura.

SENADOR NEY BRAGA — Necrológio do ex-Senador Othom Mäder.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Construção de nova usina do sistema CHESF, em Canindê do São Francisco — SE.

SENADOR AMARAL PEIXOTO — Homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Cândido Fontoura Silveira.

SENADOR FRANCO MONTORO — Correspondência recebida do Sr. Ruy Brito de Oliveira Pedroza, ex-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de crédito, refulando críticas feitas a S.S.*

SENADOR CARLOS LINDENBERG — Inauguração da Usina Elétrica de Mascarenhas, em Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — ATAS DAS COMISSÕES

ATA DA 3ª SESSÃO, EM 6 DE MARÇO DE 1974

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. PAULO TORRES E ADALBERTO SENA

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Luis de Barros — Jessé Freire — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Franco Montoro — Fernando Corrêa — Accioly Filho — Mattos Leão — Antônio Carlos — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarsos Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimentoal, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISOS

DO MINISTRO DOS TRANSPORTES

Nº 30/GM/GB, de 28 de fevereiro de 1974, comunicando a entrega ao tráfego, no dia 7 de janeiro, do trecho ferroviário Botucaraí — Ramiz Galvão, da Variante de Cachoeira; em 17 do mesmo mês, mudança de tração entre Santos e São Paulo, na subida da Serra do Mar, de funicular para cremalheira-aderência, e, no dia 28, a entrega, no Porto de Maceió, Estado de Alagoas, de novas obras e melhoramentos daquele terminal portuário;

Nº 32/GM/GB, de 28 de fevereiro de 1974, comunicando a entrega ao tráfego público, no dia 3 de janeiro, do trecho Além-Paraiíba-Teresópolis, da Rodovia BR-116, no Estado do Rio de Janeiro, e, a entrega ao trânsito público, em 22 do mesmo mês, da duplicação do trecho Salvador-Feira de Santana, da Rodovia BR—324, no Tre-

vo de Campinas, Cidade de Salvador, Bahia, e, no dia 30, a entrega ao trânsito público do segundo trecho da Rodovia Transamazônica — BR — 230 Itaituba — Humaitá, com 1.070 km.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Senhor Presidente,

Em obediência ao disposto no § 1º do art. 64 do Regimento Interno do Senado Federal, os Senadores que integram, nesta Casa, a bancada da ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL têm o grato dever de comunicar a Vossa Excelência a indicação do nobre Senador Petrônio Portella para exercer, cumulativamente, as Lideranças do Partido e da Maioria no Senado Federal.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de nossa estima e mais alta consideração.

Senado Federal, 6 de março de 1974. — Dinarte Mariz — José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Luís de Barros — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Vasconcelos Torres — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Calado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — A Presidência fica ciente.

Sobre a mesa, ofícios dos Srs. Líderes da ARENA e do MDB, que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes:

03/74 — 05 de março de 1974

Senhor Presidente,

No exercício das atribuições que me são conferidas pelo Art. 65 do Regimento Interno do Senado Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência as indicações nominiais dos Titulares e Suplentes que, como representantes da Aliança Renovadora Nacional, integrarão as Comissões Permanentes desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha alta e mais distinta consideração. — Senador Petrônio Portella, Líder da Aliança Renovadora Nacional.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares

Antônio Fernandes
Vasconcellos Torres
Paulo Guerra
Ney Braga
Flávio Britto
Mattos Leão

Suplentes

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

Titulares

José Guimard
Teotônio Vilela
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Clodomir Milet

Suplentes

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares

José Lindoso
José Sarney
Carlos Lindenberg
Helvídio Nunes
Itálvio Coelho
Mattos Leão
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Suplentes

Eurico Rezende
Osires Teixeira
João Calmon
Lenoir Vargas
Vasconcellos Torres
Carvalho Pinto

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

Titulares

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Ney Braga
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

Suplentes

Carlos Lindenberg
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Wilson Campos

COMISSÃO DE ECONOMIA

Titulares

Magalhães Pinto
Vasconcelos Torres
Wilson Campos
Jessé Freire
Arnon de Mello
Teotônio Vilela
Paulo Guerra
Renato Franco
Helvídio Nunes
Luiz Cavalcante

Suplentes

José Augusto
Geraldo Mesquita
Flávio Britto
Leandro Maciel

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titulares

Gustavo Capanema
João Calmon
Tarso Dutra
Benedito Ferreira
Cattete Pinheiro
Milton Trindade

Suplentes

Arnon de Mello
Helvídio Nunes
José Sarney

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares	Suplentes
Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Italívio Coelho
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Benedito Ferreira	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Eurico Rezende
Lenoir Vargas	Flávio Britto
Jessé Freire	Emival Caiado
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Titulares	Suplentes
Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Renato Franco	José Esteves
Guido Mondin	
Ney Braga	
Eurico Rezende	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Titulares	Suplentes
Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guimard
Milton Trindade	
Domício Gondim	
Lenoir Vargas	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titulares	Suplentes
Carlos Lindenberg	Lourival Baptista
José Lindoso	Wilson Gonçalves
José Augusto	
Cattete Pinheiro	

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Titulares	Suplentes
Carvalho Pinto	Emival Caiado
Wilson Gonçalves	Fausto Castelo-Branco
Jessé Freire	Carlos Lindenberg
Fernando Corrêa	José Lindoso
Dinarte Mariz	José Guimard
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Virgílio Távora
Accioly Filho	Ney Braga
Saldanha Derzi	
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

COMISSÃO DE SAÚDE

Titulares	Suplentes
Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Clodomir Milet
Lourival Baptista	
Luís de Barros	
Waldemar Alcântara	

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Titulares	Suplentes
Waldemar Alcântara	Alexandre Costa
José Lindoso	Celso Ramos
Virgílio Távora	Milton Trindade
José Guimard	
Flávio Britto	
Vasconcelos Torres	

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Titulares	Suplentes
Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Celso Ramos	Gustavo Capanema
Osires Teixeira	Paulo Guerra
Heitor Dias	
Jessé Freire	

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Titulares	Suplentes
Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Luís de Barros
Luiz Cavalcante	Virgílio Távora
Lenoir Vargas	
Benedito Ferreira	
José Esteves	

Brasília, 4 de março de 1974.

Senhor Presidente:

Acusando o recebimento do ofício nº SGM/16, de 1º de março do corrente ano, dessa Presidência, tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, devidamente preenchidos, os formulários com a relação dos nomes dos eminentes colegas de Bancada que integrarão as Comissões Permanentes na presente sessão legislativa.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e consideração. — Senador **Amaral Peixoto**, Líder do MDB.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titular	Suplente
Amaral Peixoto	Ruy Carneiro

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

Titular	Suplente
Ruy Carneiro	Franco Montoro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular	Suplente
Nelson Carneiro	Franco Montoro

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

Titular	Suplente
Ruy Carneiro	Nelson Carneiro

COMISSÃO DE ECONOMIA

Titular	Suplente
Franco Montoro	Amaral Peixoto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Titular	Suplente
Benjamin Farah	Franco Montoro

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares	Suplente
Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Ruy Carneiro	
Danton Jobim	

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Titular	Suplente
Franco Montoro	Danton Jobim

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Titular	Suplente
Nelson Carneiro	Danton Jobim

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular	Suplente
Danton Jobim	Ruy Carneiro

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Titulares	Suplente
Franco Montoro	Amaral Peixoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

COMISSÃO DE SAÚDE

Titular	Suplente
Benjamin Farah	Ruy Carneiro

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Titular	Suplente
Benjamin Farah	Amaral Peixoto

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Titular	Suplente
Benjamin Farah	Amaral Peixoto

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Titular	Suplente
Danton Jobim	Benjamin Farah

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Nos termos do parágrafo único do art. 85 do Regimento Interno, ficam assim constituídas as comissões permanentes do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 3, DE 1974

Altera a proporção estabelecida no artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, reconhecendo ao trabalhador o direito a férias de trinta dias e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A proporção estabelecida pelas alíneas a a d do artigo 132 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a ser a seguinte:

“Art. 132.

a) trinta dias aos que tiverem ficado à posição do empregador durante doze meses e não tenham dado mais de seis faltas injustificadas ao serviço nesse período;

b) vinte e cinco dias aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de duzentos e cinquenta dias em os doze meses do ano contratual;

c) vinte dias aos que tiverem ficado à disposição do empregador mais de 220 dias;

d) quinze dias aos que tiverem ficado à disposição do empregador menos de 200 e mais de 150 dias;

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

1. Entre as mais antigas reivindicações trabalhistas encontra-se a que diz respeito ao direito a férias de trinta dias.

Anualmente, vários parlamentares apresentam seus projetos, tentando solucionar o problema.

2. Contra a medida, no entanto, se insurge a classe empresarial que, até o presente momento, tem conseguido fazer prevalecer seus argumentos.

Como principais fatores a desaconselhar a providência, os representantes dos empregadores alinham os seguintes:

1º) a classe empresarial brasileira, entre todos os países, é a que mais se vê onerada de encargos sociais, previdenciários e fiscais;

2º) em consequência, o aumento do número de dias das férias concedidas aos trabalhadores representará aumento do custo da mão-de-obra, com prejuízo para o público em geral e para a própria economia nacional;

3º) a Comissão Técnica que elaborou a CLT era composta de elementos de grande conhecimento especializado, os quais realizaram profundos estudos atuariais antes de estabelecer a citada proporção;

4º) assim, não é possível aceitar-se um cálculo aleatório, não procedido dos mesmos estudos.

3. Examinando-se cautelosamente as disposições da CLT, verifica-se existirem contradições neste particular. O artigo 133, por exemplo, discrimina os casos em que o empregado não tem direito a férias, entre os quais:

b) permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 dias;

c) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralização parcial ou total dos serviços da empresa.”

Indaga-se: qual dos dois artigos está correto o 132 que fixa o limite máximo das férias em vinte dias úteis, ou o 133? Se a própria lei estabeleceu o limite — note-se que é o limite mínimo — de licença ou de falta de trabalho em **trinta dias** para reconhecer que, então, não terá o empregado direito a férias, porque o artigo 132 fixa o máximo do período das férias em vinte dias úteis?

É um contra-senso, que deve ser interpretado e corrigido a favor da parte mais fraca — o empregado.

4. Por outro lado, o artigo 132, alínea **a**, da CLT exige, para a concessão dos vinte dias, que, no período permissivo de férias de doze meses, o empregado não tenha dado mais de seis faltas ao serviço, **justificadas ou não**.

No entanto, o artigo 134 do mesmo diploma legal determina que **não serão descontadas do período autorizativo do direito a férias**, entre outras "a ausência do empregado, **devidamente justificada**, a critério da administração". "A ausência do empregado por motivo de doença atestada por instituição de previdência social..." etc.

Outro contrasenso que, igualmente, deve ser corrigido, deixando-se no texto legal, tão somente, as faltas **injustificadas**.

5. Razões de ordem **técnica** aconselham a medida e, ao contrário do que afirmam os empregadores, são desnecessários "cálculos atuariais", para se chegar a esta conclusão.

6. Em outros países do mundo, notadamente no Continente Europeu, as classes empresariais, economicamente fortes, pagam impostos, taxas e quotas previdenciárias bem superiores às existentes no Brasil — e, no entanto, reconhecem a seus empregados todos os direitos e lhes concedem a mais ampla proteção.

7. Outrossim, se houver aumento do custo da mão-de-obra, não se diga que os empregadores serão prejudicados, pois, como é sabido, é o consumidor quem paga a final.

A economia nacional por sua vez, não sofrerá qualquer baque, especialmente num País como o nosso, em pleno desenvolvimento econômico, segundo as afirmações governamentais.

8. É de se convir, finalmente, que a época da concessão das férias, nos termos do artigo 139 da CLT, "será a que melhor consulte os interesses do empregador", o qual, assim, distribuindo-a durante o ano, não terá maiores empecilhos ao seu negócio ou indústria, pelo simples aumento de **seis dias**, pois os trinta dias são corridos e os vinte são úteis, correspondendo a vinte e quatro corridos.

Cumpra ainda, observar que, já de algum tempo, a Justiça do Trabalho vem homologando dissídios coletivos em que, sistematicamente, é fixado o período corrido de trinta dias de férias.

9. Nada mais humano e justo do que se reconhecer ao trabalhador o direito a férias de trinta dias, especialmente quando, ao funcionário público, esse direito há longa data é reconhecido.

E não se diga serem dois regimes jurídicos distintos, que não admitem equiparação, pois o "trabalho" é **um só** e independente de sua natureza pública ou privada. Nesse ponto, portanto, pode e deve haver tratamento igual para todos.

10. Esperamos que, com os áureos subsídios dos eminentes colegas, essa medida, tão justa, humana e correta, possa, finalmente, ser aprovada.

Sala das Sessões, 6 de março de 1974. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

CLT — CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

SEÇÃO II

Da duração das férias

Art. 132. Os empregados terão direito a férias depois de cada período de 12 meses, a que alude o art. 130, na seguinte proporção:

a) vinte dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador durante os doze meses e não tenham dado mais de seis faltas ao serviço, justificadas ou não, nesse período;

b) quinze dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de duzentos e cinquenta dias em os doze meses do ano contratual;

c) onze dias úteis aos que tiverem ficado à disposição do empregador por mais de 200 dias;

d) sete dias aos que tiverem ficado à disposição do empregador menos de 200 e mais de 150 dias.

§ 1º É vedado descontar, no período de férias, as faltas ao serviço do empregado.

§ 2º O sábado não será considerado dia útil para efeito de férias dos empregados que trabalhem em regime de cinco dias por semana. (Dec.-lei nº 1.031, de 21-10-69, D.O.U. 21.10.69 — LTr. 33/632).

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — O projeto lido será publicado e, em seguida, encaminhado às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 3, DE 1974

Requeiro, na forma regimental, a transcrição nos anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro Mário Andreazza, quando da inauguração da Ponte Rio-Niterói (Ponte Presidente Costa e Silva), ontem verificada na capital do Estado do Rio.

Sala das Sessões, 5 de março de 1974. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 4, DE 1974

Senhor Presidente,

Requeiro na forma regimental, a transcrição nos Anais do Senado, do Editorial, "Quadro Vivo", publicado no "Correio Braziliense", em 03 de março de 1974.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO Nº 5, DE 1974

Senhor Presidente,

Requeiro na forma regimental, a transcrição nos Anais do Senado o artigo do Excelentíssimo Senhor Senador Paulo Torres, "A Ponte, do Império à Revolução de 64", publicado no "O Fluminense", em 04 de março de 1974.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1974. — Senador Vasconcelos Torres

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — De acordo com o art. 234, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos lidos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro, que falará como líder.

O SR. FRANCO MONTORO (Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, é peça da maior importância política.

Por imperativo constitucional, nesse instrumento o Presidente da República dirige-se ao Congresso, nos termos da Constituição,

"expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias" art. 81, nº XXI.

Dada a importância desse documento, não é razoável a manutenção da praxe que vem sendo seguida, segundo a qual a atuação do Congresso se esgota com a pura e simples leitura da Mensagem Presidencial, sem qualquer apreciação ou estudo por parte de seus órgãos técnicos e sem conclusões ou providências de qualquer natureza.

Há, apenas, apresentação de discursos individuais e isolados sobre aspectos da Mensagem Presidencial, de iniciativa dos próprios parlamentares.

A Mensagem Anual do Presidente da República deve ser a base de um diálogo entre os Poderes e não o instrumento de um monólogo governamental.

No mesmo sentido, acaba de se pronunciar, na Câmara dos Deputados, falando como Líder da ARENA, o ilustre Deputado Daniel Faraco. Depois de lembrar que "o clima de controvérsia é afinal o clima próprio dos parlamentos", afirma o Deputado Daniel Faraco, "a necessidade de instaurarmos, anualmente, no Parlamento Brasileiro, um debate nacional orgânico que, sem prejuízo das demais atividades e iniciativas, permita formar e manter, pelo método peculiar e insubstituível do processo parlamentar, uma ideia de conjunto dos problemas nacionais e da forma pela qual são eles enfrentados ano após ano, pela aplicação das leis e pela atuação dos órgãos de governo".

Propusemos, por isso, no início da última sessão legislativa, através da Indicação nº 1/73, o estudo e adoção de um procedimento que conduza o Congresso ao exame detido e aprofundado da Mensagem Anual do Presidente da República.

Nesse documento, sugerimos seja adotado o seguinte procedimento ou outro que melhor atenda aos objetivos propostos no exame da Mensagem Anual do Presidente da República ao Congresso Nacional:

1 — A Mensagem será distribuída às Comissões Permanentes do Senado e da Câmara, ou a Comissões específicas que se vierem a constituir, para o exame dentro de sua competência específica. Cada Relator encerrará seu parecer com conclusões que serão votadas pela Comissão;

2 — Para esse fim, as Comissões similares do Senado e da Câmara se reunirão conjuntamente, ou serão constituídas Comissões Mistas integradas por senadores e deputados, naturalmente membros das Comissões permanentes, de preferência;

3 — Serão convocadas, em seguida, sessões do Congresso Nacional para debate geral e apreciação das conclusões;

4 — A Mesa providenciará a publicação de número especial do *Diário do Congresso Nacional*, contendo:

- a) o texto da Mensagem;
- b) as conclusões aprovadas pelo Congresso;
- c) as declarações de voto;

5 — O número especial do *Diário do Congresso Nacional* será enviado pela Mesa a todas as Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e bibliotecas do País.

Essa sugestão inspira-se no processo adotado pela Assembleia Geral da ONU, no debate das Mensagens Anuais do Secretário Geral, do Presidente do Banco Mundial e de outros órgão internacionais.

E, no Brasil, esse procedimento encontra sua base em uma das mais belas tradições de nossa vida pública.

Como tivemos oportunidade de lembrar, em estudo apresentado a este Plenário, em 23 de março do último ano, a Mensagem do Imperador ao Poder Legislativo, denominada Fala do Trono, era também examinada e discutida pelas Câmaras, que, afinal, aprovavam o "Voto de Graças", contendo a sua resposta ao documento que lhes era dirigido.

O Imperador comparecia pessoalmente à abertura e ao encerramento das sessões legislativas e proferia a "Fala do Trono", que era uma verdadeira prestação de contas da situação interna e externa do País, bem como a solicitação de providências legislativas.

A esse respeito, lembra José Honório Rodrigues que a "Fala do Trono" era o discurso de abertura e encerramento das Assembleias Gerais... "Voto de Graças" era a resposta à "Fala do Trono", e a primeira tarefa de ambas as Câmaras era nomear uma comissão para preparar esta resposta. Provocava sempre o debate político e, neste, governo e oposição esclareciam as suas posições.

Discutido o projeto de resposta, e, afinal aprovada sua redação, era nomeada uma comissão que levava ao Imperador o "Voto de Graças". Cada Câmara debatia e preparava seu voto. Nomeava sua comissão, seu orador próprio, marcava dia especial e depois de expor as alegações da Câmara, ouvia a pequena resposta do Imperador. Na volta às respectivas Câmaras, eram comunicados, pelo orador designado, o desempenho das funções e as palavras imperiais. Tudo isto é descrito mais amplamente por José Honório Rodrigues. (O Parlamento e a Evolução Nacional, Introdução Histórica, Senado Federal, Centro Gráfico, Brasília, 1972, pág. 10).

Pelas "Falas do Trono" desfilam todos os problemas mais importantes do País: Política Externa, com referência às relações com as Nações amigas, crises diplomáticas, questões de limites, guerras, litígios, rompimento de relações etc.; Política Interna, finanças públicas, garantias pessoais, situação sanitária, problemas da lavoura, medidas para as Forças Armadas, problemas de recursos para educação, construção de estradas, situação das finanças públicas, reforma eleitoral, substituição do braço servil e outras matérias de interesse nacional.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exª um aparte? — Aliás, o primeiro da presente sessão legislativa.

O SR. FRANCO MONTORO — Com prazer, ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exª já havia conversado comigo a respeito do projeto que menciona no seu discurso e que visa a estabelecer, frente à mensagem inaugural do Senhor Presidente da República, um amplo debate nas duas Casas do Congresso. Agora que V. Exª procura materializar e justificar a sua proposta, a nossa atenção se volta para o art. 81 da Constituição, número XXI, *in verbis*: (Ê o elenco das atribuições do Senhor Presidente da República)

"XXI — remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, ..." — é o caso específico — "... expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias; ..."

Vê-se, então, que nesta cláusula final, mais do que um simples debate de apreciação da peça presidencial, a Constituição abre oportunidade aos Congressistas, muito mais do que aquilo, de propor providências — essas providências, obviamente, são traduzidas em projetos de lei. Então, o que V. Exª deseja já está previsto na Constituição, e com muito mais amplitude. A nossa superlei chega a sugerir, digamos assim — se é que lei pode sugerir, mas é o vocábulo que me ocorre no momento — que os Srs. Parlamentares apresentem providências. Ora, no instante em que um Parlamentar vai sugerir providências, está debatendo amplamente a mensagem governamental. Então, tenho para mim que a sugestão de V. Exª esbarra no instituto da prejudicialidade por demasia, porque a Constituição oferece muito mais do que aquilo que V. Exª quer, *Concessa venia*.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço a colaboração de V. Exª. Lembro que as palavras que V. Exª acaba de mencionar constam do segundo parágrafo do meu discurso. Mencionei expressamente o art. 81, nº XXI, que declara que o Presidente da República se dirige ao Congresso Nacional, em Mensagem, expondo a situação do

País e solicitando as providências que julgar necessárias. Começo por citar esse texto agora lembrado por V. Ex^a, -exatamente porque vejo nele não um óbice, mas um apoio para a medida que acabo de apresentar.

Não há nenhum obstáculo, nenhuma contrariedade entre esse texto e as medidas que proponho. Pelo contrário, elas representam a complementação disso; o cumprimento, em termos concretos e efetivos, daquela norma maior da Constituição a que V. Ex^a se refere.

Apoiado nesse inciso, tenho a certeza de que V. Ex^a apoiará as medidas que proponho, não as rebaterá. Para que as providências sejam apresentadas de uma forma orgânica é que propomos não fixarmos na dependência de uma iniciativa isolada de um ou outro parlamentar, mas que o próprio Congresso Nacional, através de seus órgãos instrumentais básicos, que são as Comissões, examine essa peça, básica para o conhecimento da realidade nacional.

Na Mensagem, o Presidente aponta os grandes problemas, as soluções que vem dando, e deve, de acordo com o imperativo constitucional, solicitar as providências que possam depender do Poder Legislativo.

Infelizmente, a praxe tem sido a leitura de um trecho da Mensagem e um ou outro discurso isolado apreciando aspecto parcial da Mensagem.

O que propomos é realizar aquele mesmo ideal que o Deputado Daniel Faraco invocava na sessão de anteontem na Câmara dos Deputados: um debate orgânico. Os vários setores da Mensagem: Transporte, Educação, Política Social, Energia, Obras, Habitação, cada um desses assuntos deverá ser examinado pela Comissão competente e se fará o debate, na Comissão, com conclusões favoráveis, sugestões adicionais, providências que se pedem. Esses debates, essas conclusões das Comissões, de acordo com a proposta que fazemos, serão levadas ao Plenário para que, afinal, as vote e esse debate não se deve limitar, no nosso entender, ao âmbito do Congresso; deve ser objeto de uma publicação especial do texto da Mensagem, das conclusões aprovadas e das declarações de voto feitas por qualquer parlamentar.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex^a me concede outro aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Esse volume com a Mensagem do Presidente da República, com os debates travados pelos representantes do povo, será, segundo nossa sugestão, enviado às Assembléias Legislativas, às Câmaras Municipais e a todas as Bibliotecas do País. Será, realmente, o grande debate nacional sobre os nossos problemas de base, tomando como ponto de partida a Mensagem da autoridade mais indicada, que é o Presidente da República.

Ouçõ o aparte do nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Realmente, não vejo nenhum inconveniente na aceitação de projeto dessa natureza.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço o apoio que V. Ex^a, com suas palavras, empresta à minha sugestão.

O Sr. Eurico Rezende — O que quero deixar claro, é que, em matéria de debates, nunca uma Constituição deu mais oportunidade ao Congresso. Temos pelo menos cinco horas altas em matéria de discussão de grandes projetos: o Orçamento Ordinário, que abarca todos os ângulos da vida nacional; temos o Orçamento Plurianual de Investimento, que é um orçamento obviamente superlativo e de maior projeção do que o Orçamento Ordinário porque atravessa vários períodos; temos o Plano Nacional de Viação; temos a Prestação de Contas do Senhor Presidente da República, e temos, principalmente, o Plano Nacional de Desenvolvimento. Neste último, então, o Parlamento tem o ensejo amplo, com prazos regimentais privilegiados, para um exame total, global, específico, setorial. Então minha tese é no sentido de que a sistemática constitucional em vigor já absorve, já aceita tranquilamente os desígnios e a inspiração da iniciativa de V. Ex^a. Verifica-se, então, que a sua proposição tem cará-

ter redundativo, redundante. Confesso que não vejo, também, inconveniente em se aprovar. V. Ex^a, talvez, encontre algumas dificuldades no Regimento para dar essa amplitude que deseja. V. Ex^a quer estabelecer mais uma frente de estudo, quer alargar o grau universitário do Congresso. Isto não faz mal a ninguém.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço o aparte de V. Ex^a. Gostaria, apenas, de fazer uma distinção entre o voto e o debate. É muito importante que o Congresso não se limite a votar, principalmente com os prazos apertados; mas que debate, principalmente, matéria dessa importância, como a Mensagem do Presidente da República, que abarca todos os aspectos da vida pública nacional.

Agradeço o aparte de V. Ex^a, e o apoio que dá, em princípio, a essa idéia. E V. Ex^a, nesse segundo aparte, se concilia perfeitamente com o texto constitucional.

O Sr. Gustavo Capanema — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Ouço, com satisfação, o aparte do nobre Senador Gustavo Capanema.

O Sr. Gustavo Capanema — Não vejo, nobre Senador Franco Montoro, no seu discurso, nenhuma espécie de reivindicação, visando a uma maior importância do Congresso. Vejo que V. Ex^a quer dar grandeza maior a um acontecimento que, tanto na chamada República Velha, como na República posterior, não se tem revestido de considerável importância. Na Monarquia, a "Fala do Trono" era, na verdade, um acontecimento nacional. Mas na República, o ato correspondente, isto é, a Mensagem do Presidente da República na abertura anual do Congresso Nacional, é acontecimento sem repercussão. A Mensagem, ao chegar ao Congresso, nunca é devidamente lida, e, depois, poucos a lêem. É acontecimento que logo morre. O que V. Ex^a pretende, com a sua proposição, é dar a essa acontecimento a grande importância merecida. Dou-lhe o meu apoio. Quanto aos termos da proposição, é assunto que precisa ser bem estudado. Mas é fora de dúvida que a sua idéia é digna dos maiores aplausos.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço o aparte autorizando de V. Ex^a e os argumentos que trouxe em favor da tese que sustentamos.

O Sr. Amaral Peixoto — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Com muito prazer.

O Sr. Amaral Peixoto — Quero dar à idéia de V. Ex^a o meu apoio e até ampliá-la. Na Comissão de Orçamento, no ano passado, tive oportunidade de tocar num assunto muito importante, que foi aqui, há pouco, abordado pelo nobre Senador Eurico Rezende. Nós, Senadores e Deputados, designados para Relatores dos sub-anexos diferentes Ministérios à última hora, vamos desempenhar essa função quase que sem elementos. O que eu pediria, num complemento à idéia de V. Ex^a, era que a Comissão de Orçamento fosse organizada com maior antecedência e que os Relatores também fossem designados com antecedência e que pudessem acompanhar ou, pelo menos, receber informações dos Ministérios respectivos a respeito da elaboração orçamentária. Relatei o Orçamento do Ministério das Comunicações e de grande parte do Ministério dos Transportes, este dividido com o meu ilustre colega, Senador Virgílio Távora, ambos nós ex-Ministros da Viação. Relatei, no último ano, o Orçamento do Ministério da Agricultura e, confesso, as informações que tinha, à última hora, não eram suficientes para um trabalho perfeito. Certa vez, na Câmara dos Deputados, designado relator da parte do Ministério das Comunicações, recusei-me a fazê-lo porque não tinha elementos para dizer aos Membros da Comissão do alcance da proposta orçamentária do Governo. Nas três últimas propostas orçamentárias em que atuei, realmente, os Ministros me forneceram os elementos, mas à última hora, porque não havia tempo, o desconhecimento era muito grande, nós não sabíamos, não estávamos a par das intenções do Go-

verno nos diferentes assuntos. De modo que, esse debate que V. Ex.^a propõe, e, se pudermos acrescentar, também, a participação maior do Congresso, não digo na elaboração, mas no conhecimento da elaboração da proposta orçamentária, fará com que possamos desempenhar, em melhores condições, as nossas funções. Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço a contribuição, o apoio, a ideia e, principalmente, a matéria de fato, que V. Ex.^a traz.

Somos obrigados, com frequência, pela premência de tempo, e num ato de respeito à autoridade ou de oposição, a votar sem o esclarecimento que só o debate prévio, a informação objetiva e os dados estatísticos poderiam propiciar.

Esse amplo debate que propomos será a melhor preparação para as demais medidas que o Congresso deve tomar, como a aprovação do Orçamento, em relação a cada um dos itens que integram a mensagem e que constituem, também, as várias partes integrantes do Orçamento da República.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Ouço, com prazer, V. Ex.^a.

O Sr. José Lindoso — Ontem, V. Ex.^a tratou desse assunto e nós manifestamos a nossa simpatia, embora apelando para que V. Ex.^a formulasse o anteprojeto no sentido de com isso oferecer objetivamente matéria para o estudo por parte da Mesa. Quero dizer a V. Ex.^a que o debate levantado por V. Ex.^a, que reedita opinião já emitida no ano passado, se inscreve na mesma linha do pensamento do Deputado Daniel Faraco que, na Câmara, por vezes, tem tratado da participação mais ativa, em dimensões ainda não exploradas até agora no Congresso Nacional, no concernente às atividades e relações entre Executivo e Legislativo. Estas iniciativas, tanto a da Câmara quanto a do Deputado Daniel Faraco e a de V. Ex.^a, nos merecem simpatia e uma *detida reflexão*. O nobre Líder da Minoria, Senador Amaral Peixoto, acrescenta uma observação válida, não só à conta de sua experiência parlamentar, mas, também, decorrente da própria circunstância da nova estrutura parlamentar, em face da responsabilidade em desempenharmos, em nome do povo, qual a de fiscalizar as atividades do Executivo. Quando falamos em fiscalização, devemos nos libertar do estrito termo da fiscalização contábil. A fiscalização será a crítica, a apreciação, a valorização daquilo que merece ser valorizado, e a consequente proposta de retificação daquilo que deva ser corrigido ou melhorado. A fiscalização enobrecerá tanto o Executivo como engrandecerá o Legislativo. Ao ensejo desta proposição de V. Ex.^a, oferecida nesta tarde, vemos que dois campos se abrem à consideração de todos nós que, em consciência, nos empenhamos em valorizar o Congresso. Valorizar, sim, não com intuito de o sobrepor a este ou àquele Poder, mas para dar resposta àquelas obrigações cívicas que o povo nos confiou e que o Poder Executivo, o Judiciário e o Legislativo, — todos constituindo, em síntese, o Governo, numa expressão de comando das coisas públicas, — se empenham na construção do futuro do país e na realização de seus objetivos permanentes. Pois bem: vemos, assim, dois campos bem distintos. E poderíamos trabalhar essa ideia, procurar torná-la viável para que resulte, ao final, algo de positivo na elaboração dos instrumentos colocados ao nosso serviço, no desempenho de nossas funções. Hoje, a Constituição veda, para garantir a execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, como bem lembrou o nobre Senador Eurico Rezende, a fragmentação orçamentária. Aprovamos o I Plano Nacional de Desenvolvimento e essa Mensagem Presidencial representa uma prestação de contas, em termos altos, descritivos e valorativos do trabalho do Executivo, do desempenho da ação governamental, face às metas estabelecidas no Plano Nacional de Desenvolvimento. Então, por que não examiná-la, assim como diz o nobre Senador Gustavo Capanema, numa leitura refletida, para retransmitir ao povo aquilo que o Governo realizou de tão importante e, de tão fe-

cundo? Veja V. Ex.^a quão importante é a proposição: Ontem, V. Ex.^a fazia, evocando, naturalmente num improviso de discurso, um reparo sobre o problema das verbas para a educação. Se formos ler a mensagem, se a Comissão de Educação analisá-la, constatará que este Governo está investindo em educação mais do que qualquer outro governo e que o Ministério da Educação passou a ser, proporcionalmente, o Ministério mais bem dotado de verbas, pois educação, para nós, hoje, é investimento; além de ser solene compromisso para construir uma pátria livre e desenvolvida que todos ambicionamos. Peço escusas a V. Ex.^a por me alongar, mas desejava ainda colocar em destaque, o tema da discussão do Orçamento. Se não pudemos emendá-lo, não nos cumpre votá-lo, sem um exame da política orçamentária desenvolvida no ano anterior e as linhas políticas da nova proposta. Então, seria oportuno — e isso eu senti no ano passado quando me detive na análise, no estudo do Anexo sobre Planejamento — que se criasse mecanismo regimental, de modo que o Ministro, com antecedência, antes de discutirmos o novo Orçamento, desse ao Parlamento, na Comissão Mista, as explicações de como se houve na execução do Orçamento anterior, quais os pontos efetivamente necessários de reforço, onde houve escassez de recursos, a fim de que, conscientemente, pudéssemos oferecer o novo instrumental orçamentário, para a execução dos programas previstos no Orçamento Plurianual, que refletem as metas do Plano Nacional de Desenvolvimento. Vamos, portanto, despir-nos de qualquer preconceito de natureza partidária e nos colocar numa posição de construir os instrumentos necessários e buscar aquela dimensão que a Revolução exige do Parlamento, que se alarga no horizonte delimitado tão só pelos superiores interesses do País e os compromissos de uma geração que se empenha, de tornar o Brasil grande e forte, o Brasil potência.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço o aparte de V. Ex.^a. O Sr. Presidente anuncia que está encerrado o tempo para o nosso pronunciamento. Desejo apenas destacar, das palavras de V. Ex.^a, um aspecto altamente positivo relativo à fiscalização que o Congresso deve exercer em relação à atuação do Poder Executivo. Essa fiscalização não pode limitar-se a verificações de ordem contábil ou da regularidade jurídico-administrativa de determinados atos. Impõe-se uma fiscalização política e o debate será precisamente o exercício orgânico, através das Comissões e do Plenário, desta função de debate e de fiscalização daquilo que o Governo vem fazendo e das providências que solicita.

O Sr. Wilson Gonçalves — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Com muito prazer.

O Sr. Wilson Gonçalves — A iniciativa de V. Ex.^a, do que se pode depreender, tem a finalidade de assegurar uma apreciação, como V. Ex.^a chamou, orgânica, em torno da Mensagem Presidencial com que solenemente se abrem os nossos trabalhos anualmente. Evidentemente, pela própria natureza do documento, todos nós, parlamentares, temos a iniciativa e a possibilidade de apreciá-la em todos seus termos ou naqueles setores que nos despertem mais de perto a atenção. Mas deseja V. Ex.^a que esse exame, ao invés de se fazer individualmente, pelo parlamentar, se faça através de um estudo colegiado dos órgãos competentes do Congresso Nacional, para que o pronunciamento final pudesse realmente representar o pensamento do Poder Legislativo, em face da Mensagem enviada pelo Senhor Presidente da República. Nessa parte, creio que V. Ex.^a obterá os mais amplos e proveitosos rendimentos do ponto de vista da valorização do Poder Legislativo e do enfoque dos problemas nacionais, de maneira que ele represente como que a nossa presença no estudo dessas questões que são do interesse nacional. Mas, a meu ver, a sua proposição precisa ser elaborada com a maior habilidade, porque, no setor das providências, temos, realmente, restrições constitucionais que nos impedem de tomar a iniciativa em muitos desses problemas a serem apreciados pelo Congresso Nacional. Seria o caso de entendermos, se pudéssemos chegar a tanto, numa interpre-

tação analógica, que as necessidades apontadas na Mensagem fossem como que uma provocação do Executivo, para que tivéssemos a competência de examiná-las, porque em todos os assuntos, mais ou menos fundamentais, temos a iniciativa atribuída ao Senhor Presidente da República. Então, nas conclusões, passaríamos, talvez, apenas as sugestões ao Poder Executivo, para tomar essa iniciativa. É um aspecto que quero salientar na nossa deficiência em complementar, em toda largueza, o pensamento de V. Ex^a. No que diz respeito ao aparte do nobre Senador Amaral Peixoto, entendo que, além das providências que S. Ex^a. mui oportunamente apresentou, as Comissões de Orçamento, na Câmara, e de Finanças, no Senado, deveriam estar aparelhadas por uma assessoria própria. De maneira que essa assessoria do Congresso Nacional pudesse confrontar os dados e os argumentos que traz a assessoria do Poder Executivo, porque, evidentemente, na elaboração orçamentária, as nossas dificuldades ou as informações que desejamos são todas resolvidas através da assessoria do Executivo, o que nos tira, realmente, um pensamento próprio a respeito daquele problema. Nada mais interessante que houvesse o confronto de informações das duas assessorias, para que nós, na órbita política, escolhêssemos das duas aquela que nos parecesse mais conveniente aos interesses nacionais. Eram esses aspectos que salientaria no pronunciamento de V. Ex^a. Evidentemente, poderão ser revistos, na oportunidade e, salvo melhor sugestão, dar ao conteúdo do pronunciamento de V. Ex^a. e da iniciativa um sentido mais completo para atender aos seus objetivos.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço o aparte e as justificativas adicionais que V. Ex^a aponta à sugestão que apresentamos.

Queremos tornar claro, para responder algumas das observações feitas, que não pudemos apresentar projeto de resolução porque a reforma do Regimento Comum só pode ser feita, de acordo com o art. 128 do próprio Regimento, por iniciativa de uma das Mesas, do Senado ou da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Lamento informar que V. Ex^a já passou meia-hora do tempo a que tinha direito.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço a informação de V. Ex^a. O tempo foi ultrapassado pelos oradores a quem não pude, evidentemente, impedir que expusessem seus pontos de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Temos onze oradores inscritos.

O SR. FRANCO MONTORO — Concluo, Sr. Presidente, lembrando que fiz uma indicação à Mesa, dando, precisamente, cinco pontos que me parece, devem orientar a regulamentação da matéria. A iniciativa, porém, deve ser da Mesa do Senado. Por este motivo, dirigimo-nos à Mesa, e esta tomou as suas providências. Está examinando a matéria com a mesma simpatia com que se manifestaram os Srs. Senadores.

O objetivo do nosso pronunciamento foi apenas focalizar a importância dessa medida. Ela já é existente desde o tempo da Monarquia, com a Fala do Trono e o voto de Graça, onde se analisava a Fala do Trono, minuciosamente, item por item, muitas vezes completando magnífica e altaneiramente o diagnóstico dos males e as soluções a serem adotadas.

Esse "Diálogo dos Poderes" era um magnífico exercício das instituições democráticas, nessa tão admirada "democracia coroada" brasileira do Século XIX. E por aí se vê, não só o alto grau de consciência democrática que então atingíamos, como igualmente o grande apreço por esse "Diálogo".

Por todo exposto se verifica, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que tentar revitalizar o diálogo direto dos Poderes, como já se praticou com excelentes resultados em nosso passado, não significa introduzir inovações perturbadoras da ordem, mas sim reavivar as linhas de uma sábia prática das instituições democráticas.

Seria inclusive desejável que o Congresso fosse prestigiado, não apenas com a tradicional Mensagem, mas, também, com o comparecimento pessoal do Presidente da República, como acontecia ao tempo do Império.

E, é, sobretudo, importante que o Parlamento, a exemplo do que fazia no "Voto de Graças", volte a analisar, discutir e dissecar a Mensagem do Executivo, tornando-a o grande centro do debate nacional.

Estamos certos de que a Democracia, o Congresso e o Governo só terão a lucrar com essa medida, e que, de outra parte, o povo brasileiro será mais motivado a acompanhar e participar na solução dos grandes problemas nacionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leandro Maciel.

O SR. LEANDRO MACIEL (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tem Sergipe cinco Bacias hídricas formadas pelos rios São Francisco, Japaratuba, Vaza-barris, Real e Sergipe.

De todas a do Japaratuba é, sem dúvida, a de terras mais ricas, das melhores que podem existir no Nordeste. Já em 1831, o Comendador José da Silva Travassos que comprara ali uma propriedade, engenho de açúcar, assim se expressava, com a sua reconhecida experiência de sergipano mais empreendedor da sua época: "terrenos fertilíssimos, tão férteis como não cuido que outros haja de mais opulenta uberidade." Esta riqueza imensa estava sem a devida exploração pela dificuldade de transporte, que Travassos assim definia: "feito então à costa de animais e em toscos e pesados carros tirados a bois, numa distância de dez léguas do centro produtor aos portos de embarque".

Apesar disto era uma região altamente produtora de açúcar mascavo, pois os seus canaviais superavam os do Cotiaçuiba com seus famosos massapês profundos. Hoje está esta vasta região abandonada, e, se integrada à economia de Sergipe, daria uma receita ponderável aos cofres do Estado e da União.

Travassos via no transporte a grande solução para o desenvolvimento do vale. Conhecedor da região, planejou a ligação do Rio Pomonga ao Japaratuba, por um canal de 6.450 metros, estabelecendo com isso a navegação interior do centro de produção para o Porto de Aracaju, maior mercado do Estado. A sua luta foi árdua, diante da resistência oposta pelos proprietários de armazéns que recebiam as mercadorias da zona, principalmente os da cidade de Maroim, porto fluvial sobre o Ganhamoroba, de grande influência com animado comércio e casas importantes, nacionais e estrangeiras, com tradição no ramo de exportação.

Em 1832, baseado na Lei de 29 de Agosto de 1828, requereu Travassos a abertura do canal, ligando o Pomonga ao Japaratuba, à Câmara Municipal de Santo Amaro, município onde o Rio Pomonga tem todo o seu curso, sofrendo a sua pretensão "forte e teimosa oposição".

O iluminado contrerrâneo, grande demais para a sua época, não era um homem fácil de recuar, apaixonado pela sua terra, como revela, na história que o tempo nos conta, a série de empreendimentos vitoriosos de sua iniciativa. Bateu inutilmente às portas do Governo da Província e do Conselho Geral, enviando finalmente seus planos, com farta documentação, bem elaborados, ao Governo Imperial, tendo despertado o maior entusiasmo do próprio Imperador Pedro II. O grande Monarca, de logo, sem perda de tempo, recomendou a vinda urgente a Sergipe do Engenheiro Tenente Coronel Emílio Gomes Barreiros, para examinar a viabilidade da abertura do canal, e, no caso afirmativo, fazer o projeto acompanhando com o respectivo orçamento.

Coube a esse competente profissional, designado pelo Governo Imperial, fazer o estudo do canal, motivo da sua viagem, e, animado pelo resultado surpreendente, altamente positivo, ainda estudar a via-

bilidade da ligação do São Francisco no extremo Norte do Estado através do Rio Poxim, afluente da margem direita, partindo do Porto da Goiaba, ao Rio Itapicuru, na Bahia, atravessando Sergipe, ligando todos os seus vales. Estava então resolvido o escoamento das mercadorias dessa privilegiada região pela estrada que anda, duradoura e de fácil conservação, com a abertura do canal que ficou conhecido como Canal do Travassos.

A propósito, o Canal do Travassos trocou de nome e é atualmente conhecido como Canal São Sebastião. Era já moda naquela época. Um engenheiro de nome Sebastião, do antigo Departamento de Portos, Rios e Canais, como Chefe da Fiscalização do Porto de Aracaju resolveu construir, com a verba do seu Departamento, uma igreja no modestíssimo povoado à margem do Canal, sob a invocação de São Sebastião. A celebração da primeira missa foi festiva, com o compercimento de muita gente dos municípios vizinhos, atraída pelo programa amplamente distribuído. O paroco celebrante disse em seu sermão que se deveria chamar de São Sebastião o canal, recebendo o apoio do próprio engenheiro, num agradecimento à manifestação que recebera. Foi, segundo diziam em Sergipe, a única obra realizada pela fiscalização do Porto, naquela gestão.

Para avaliar-se o empenho de Travassos, vale acentuar que ele, homem de recursos, cheio de negócios, abandonou, por vários meses, seus interesses e se fez secretário do Engenheiro Barreiros, custeando, do seu bolso, todas as despesas com os estudos por ele programados. Chegando às mãos do Imperador o trabalho de campo, depois dos exames pelos órgãos competentes, foi autorizada, inicialmente, abertura do canal ligando o Pomonga ao Japarutuba com remessa de duas verbas somando então vinte e sete contos e oitocentos mil réis, correspondente ao orçamento, que não dera todavia para cobrir a despesa realizada de trinta e dois contos e sessenta e quatro mil e quinhentos réis. O encarregado foi o próprio Travassos.

O Governo Imperial designou uma comissão composta dos Engenheiros: Tenente-Coronel Sebastião José Barreto Pyrrho, Majores João Carlos Villagran Cabrita e Marcolino Rodrigues dos Santos para examinar a prestação das contas, tendo a comissão constatado a lisura do encarregado, louvando ainda a colaboração valiosa de Travassos que acabou cobrindo o déficit, empolgado com a abertura do canal de seus sonhos.

O Sr. Augusto Franco — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Leandro Maciel?

O SR. LEANDRO MACIEL — Pois não.

O Sr. Augusto Franco — Estou ouvindo com bastante atenção o importante pronunciamento de V. Ex^a no interesse do Estado de Sergipe. Realmente, esse plano ou esse projeto que V. Ex^a descreve talvez não seja tão grande para o Brasil — e não o é — mas é transcendental para Sergipe. Inclui porque a nossa Capital, cuja população equivale a um terço do Estado, hoje vive à procura de água pelas proximidades e não a tem. O projeto, além de beneficiar em parte a capital do Estado, também irá melhorar toda a lavoura, toda a agricultura da zona referida no seu pronunciamento. Parabenizo V. Ex^a pelo seu importante pronunciamento.

O SR. LEANDRO MACIEL — Acolho com muita simpatia o aparte do nobre colega, empanheiro de bancada, que veio trazer seu apoio à tese que defendo neste meu modesto discurso.

O Tenente-Coronel Pyrrho foi o primeiro engenheiro brasileiro a projetar uma capital, Aracaju, com plano diretor que tem atravessado estes cento e dezenove anos, resistindo às investidas, ora de administradores mal preparados, ora de outros dominados por interesses subalternos.

O Imperador, na sua visita de oito dias a Sergipe, em 1860, fez questão de conhecer o canal do Pomonga, que ele mandara abrir e recomendara que fosse incorporado à sua comitiva a Comendador Travassos. O Imperador voltou muito bem impressionado e anotou

várias providências complementares, como a roçagem dos mangues marginais, verdadeira floresta de mangue sapateiro, que dificultava a navegação a vela e a retificação de Pomonga com as suas numerosas curvas muito fechadas, da foz até o canal. Tais providências, assinalava o grande Monarca, devem ser tomadas imediatamente.

Estava aberto o canal. Era necessária a sua conservação que a princípio fora rigorosamente mantida.

O Rio Japarutuba não tem declividade no seu leito, que oferece uma profundidade média de quatro metros. Na parte de água doce nasce e se desenvolve, rapidamente, uma vegetação aquática luxuriante, composta de golfos e conhecida como lírio das águas, baronesa sem raízes profundas, pataca, caniço e capim d'água, que é um lodo fibroso que se espalha em grandes mantas, assemelhando-se ao sargaço marítimo. Tudo isso forma um entrelaçado tão denso e resistente (uma pessoa pode atravessar, a pé enxuto, de uma para outra margem) impedindo definitivamente a navegação.

Como tudo tem a sua história, esse golfo não existia em Sergipe; é uma alga; foi levado pelo antigo Senador Diniz ao tempo ainda da Monarquia, para cobrir a água das pequenas aguadas das fazendas evitando assim a rápida evaporação pelo calor solar na estiagem. Distribuiu, logo, com excelente resultado, na zona sertaneja e hoje está espalhado por toda parte onde haja água potável, parada, que é o seu habitat. É uma vegetação que não resiste à água salgada, nem sequer à água salobra.

No canal verificou-se também um assoreamento resultante das areias trazidas pelos ventos, areias eólicas vindas, tem-se a impressão, por um corredor aéreo, tal a precisão com que se acumulavam no mesmo ponto. Esse assoreamento criou um banco que reduziu o canal para menos de dois metros. Com isso, agravou-se muito a situação do transporte, obrigando as embarcações de 18 a 24 toneladas a aliviarem suas cargas para embarcações menores e aguardarem a preamar para a travessia, depois do reembarque do que fora retirado. O alívio, como se chama essa penosa operação, veio aumentar a distância para Aracaju, que passou de duas para quatro marés; além de morosa, dispendiosa.

Com o rio entupido pela vegetação aquática, as águas das enchentes espalham-se pelas grandes várzeas, alagando-as e destruindo as plantações. Veio o desânimo dos ribeirinhos diante da incúria dos responsáveis, surdos aos seus apelos dramáticos, e hoje o rio, o vale desafiam o Governo para uma obra séria e definitiva, custosa mas de fácil ressarcimento. É a meu ver, em matéria de agricultura, o que se pode fazer, em Sergipe, com êxito rápido e seguro.

Com o INCRA e o PROTERRA, essa região admirável redimida, ainda de terras "maninhas", poderá ser desapropriada, por justos preços, com a certeza de que se plantando dá. Atrair o agricultor para terras secas, semi-áridas é aumentar nele a descrença numa vida já desesperada de sofrimento. O programa da Revolução é notável, mas precisa, exige, para sua execução, providências adequadas.

Não é meu intuito ditar normas aos Doutos Diretores do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento, mas uso, neste momento, de um direito muito meu, empenhado na defesa dos interesses do meu Estado. Os dois órgãos têm tarefas diferentes no Rio Japarutuba. Os trabalhos, é preciso que se diga, os escassos trabalhos, têm sido realizados ali, não há dúvida, sem um estudo sério e profundo nos seus vários aspectos. Falhos desses estudos indispensáveis, os trabalhos não têm sentido, resultado prático, porque não visavam os pontos críticos que reclamam providências que estão ao alcance dos olhos dos leigos, quanto mais dos técnicos. Têm havido, isto sim, despesas supérfluas, mal inspiradas no desconhecimento do rio. O Canal do Pomonga foi o primeiro passo.

Este preâmbulo do meu discurso me leva, agora, a atingir o seu ponto culminante: com a abertura do canal ligando o rio Japarutuba ao Pomonga, ficou o rio Japarutuba com duas barras, talvez o único rio no Brasil nessa situação: uma desaguardo no oceano, a barra natural, e a outra no estuário do rio Sergipe, frente a Aracaju, pela

antiga barra do rio Pomonga. Uma barra fica muito distante da outra e, por isso, as marés são em horas diferentes, criando um problema ao escoamento das águas da bacia. Quando a maré, por exemplo, está com três horas de vazante pela barra do oceano, começa, na outra, a enchente, oferecendo uma resistência ao escoamento das águas, fenômeno altamente prejudicial, principalmente no período das enchentes, com a queda das águas do monte, águas de chuvas, levando o rio a saltar do talweg para as baixadas que ficam totalmente alagadas, e tudo ali plantado se perde.

Depois da barra fechada restará a etapa final que será a ligação do São Francisco com o Japarutuba para aumentar a descarga do Rio, dando-lhe mais velocidade, extinguindo-se, assim, o problema da vegetação aquática que obriga a uma manutenção de limpeza permanente, com grande despesa para o erário público.

Assim, sintetizando: para recuperar e dar vitalidade ao Japarutuba, com o aproveitamento da imensa área que está perdida para plantações, são precisas, na ordem em que as coloco, as seguintes providências:

a) retificação do Pomonga e dragagem rápida do canal (serviço de pouca despesa).

b) fechamento da barra que deságua no Oceano num ponto escolhido pelos técnicos;

c) ligação do Poxim do Norte (afluente do São Francisco) ao Japarutuba para corrigir a falta de velocidade do rio, que não tem declividade.

Deve-se portanto fechar uma das barras. Inclino-me pela do oceano, por dois fortes motivos: porque manteria a navegação interior e evitaria a penetração das águas, com grande teor de salinidade, tornando as terras marginais impróprias para a agricultura, pois se nota a cada dia a água salgada avançando mais, rio acima, desvalorizando as propriedades.

Espero e confio em que o Governo desperte os órgãos técnicos, sem regionalismos, para os problemas onde eles se apresentam nesta Federação de todos nós. O caso do Japarutuba precisa ser estudado nesta hora que se procura, na produção, aumentar a riqueza do país, fixar o homem à terra, sem lar, para sair do nomadismo humilhante para a Nação, passando a ter uma vida mais digna, trabalhando a terra que ele não tinha mas o Governo da Revolução lhe deu, capaz de produzir a esperança de dias melhores na colheita certa e abundante.

Problema como este me apaixona na sua beleza desafiante. Eu me daria por fartamente compensado, nas minhas lutas que não têm sido poucas na defesa do meu Estado, se visse o rio da minha infância coberto de navegação, carreando a produção que dá riqueza e restabelecendo o entusiasmo criador de tantos quantos ali se fixassem.

Não podemos perder tempo; o tempo que se perdeu sepultando o arto de muitos, justifica, agora, uma acelerada solução.

É o apelo que dirijo agora, diretamente ao Presidente da República, cansado de esperar pelas promessas enganosas das repartições, ocupadas demais, na confiança que me anima com a esperança que não perdi, de ver o rio Japarutuba como um pólo positivo no desenvolvimento do meu Estado e enquadrado na política sábia, humana, patriótica do Governo da Revolução em amparar o homem pobre do campo, rico de filhos, sempre desassistido, deslembado.

O retirante sergipano do sertão, sem água para beber, batido pelas estações irregulares, quando perde tudo que plantou, fixado nas extraordinárias terras do rio Japarutuba, assistido pelos técnicos do Governo, com financiamento de entressafra encontraria, tenho certeza, o tão procurado caminho da felicidade. (Muito bem! Palmas.) (O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Carneiro.

O SR. RUY CARNEIRO (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No limiar da Sessão Legislativa que ora se inaugura, pretendemos assinalar, de maneira sintética, o rol das atividades desta alta Câmara no exercício de 1973.

De posse dos dados contidos no relatório da Presidência, passamos ao balanço genérico do que ocorreu no Senado Federal, no ano findo, o qual marcou o sesquicentenário do Poder Legislativo.

Os fatos mais lastimáveis, sob todos os aspectos, se constituíram no desaparecimento dos saudosos e ilustres colegas Senador Filinto Müller, ocorrido durante o recesso parlamentar de julho, e Duarte Filho, transcorrido no mês de setembro.

Aliás, esses acontecimentos dolorosos ainda têm ressonância profunda nesta Casa.

Fato político de relevo, foi o registro das candidaturas a Presidente e Vice-Presidente da República, formulado pela ARENA e pelo MDB, recaindo tal escolha sobre os honrados nomes do General Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, e Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho, respectivamente.

Ainda que divirjamos das eleições indiretas, notadamente quando realizadas por um Colégio Eleitoral a que não tiveram acesso as oposições regionais, vale ressaltar a boa ordem dos trabalhos da sessão de 15 de janeiro último.

Esta Câmara Alta recebeu, ainda, a visita de uma série de ilustres personalidades nacionais e estrangeiras, tendo, por outro lado, sido representado, através de comissões externas, em solenidades e atos importantes no País e no exterior.

Coube ao nobre Presidente do Congresso, o preclaro Senador Paulo Torres, por designação do Presidente da República, a chefia da delegação brasileira à posse do Presidente da República Argentina.

Realizou, ademais, esta Casa, dezoito sessões especiais comemorativas de datas e eventos relevantes, além de sete sessões solenes realizadas pelo Congresso Nacional, durante a 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura.

Com a efetiva colaboração das Lideranças, conforme assinala o Relatório, o fato político mais significativo do ano de 1973 foi a realização das Convenções Partidárias, que indicaram, oficialmente, os nomes dos candidatos à suprema magistratura, assim como seu substituto.

Quanto à atividade legislativa propriamente dita, cabe ressaltar o trabalho relevante de estudo sobre a atualização dos Códigos Civil e Penal, o Estatuto do Índio e a reforma da Previdência Social. No âmbito da competência privativa do Senado Federal, é de se consignar a apreciação do Plano de Habitação do Distrito Federal e a constituição da TERRACAP.

Tendo realizado cento e três reuniões, o Congresso Nacional examinou e aprovou 42 decretos-legislativos sobre matérias financeiras e de segurança nacional, além de outras proposições.

O Senado Federal, cumprindo sua competência Constitucional, apreciou 239 projetos de lei do Senado, 135 projetos de lei originários da Câmara dos Deputados, 52 projetos de decreto legislativo e 84 projetos de resolução do Senado. À Mesa foi apresentada uma indicação e submetidos à Casa 15 pareceres, por constituírem proposições, assim como 19 mensagens do Poder Executivo referentes à escolha de autoridades cuja nomeação depende de ratificação deste Órgão.

Esses dados bem demonstram o trabalho empreendido pelos Srs. Senadores e, mais particularmente, pela Presidência do Senado, em prol da Nação.

Para desempenhar com correção a complexa tarefa legislativa, não se pode olvidar o trabalho incessante das Comissões, que emprestam ao Plenário a orientação técnica necessária à solução almejada.

Com efeito, nas 406 reuniões das Comissões Permanentes, resultaram examinadas 892 proposições, das 941 distribuídas, enquanto

que as 63 Comissões Mistas instaladas realizaram 151 reuniões, apreciando 106 proposições e exarando 102 pareceres.

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista — Trazendo ao conhecimento do Plenário uma apreciação sobre os acontecimentos do ano parlamentar de 1973 e sobre o relatório da Presidência de nossa Casa, demonstra V. Exª, mais uma vez, a exatidão com que cumpre o seu mandato. Cabe-me dizer que, seguindo a tradição do Senado Federal, esse trabalho apresentou uma síntese fiel de nossas atividades, notadamente os trabalhos do Plenário, nos quais os *magnum problema*s nacionais são focalizados. Parabênizo V. Exª pelo pronunciamento que faz nesta tarde.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço o aparte do nobre representante de Sergipe, Senador Lourival Baptista, no momento em que registramos, com aplausos, neste humilde e modesto comentário, o esforço da Presidência do Senado, na elaboração do citado relatório.

O Sr. Gustavo Capanema — V. Exª dá licença para um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer, nobre Senador Gustavo Capanema.

O Sr. Gustavo Capanema — Congratulo-me com o Senado Federal pela grande obra que realizou no ano passado, obra política e legislativa, sob a brilhante e eficiente Presidência do Senador Paulo Torres. Congratulo-me com muito mais entusiasmo quando vejo que o elogio dessa obra é feito, nesta oportunidade, por um Senador da Oposição, cuja voz representa o pensamento geral. É de notar, aliás, que as dimensões e o sentido dessa obra ressaem das páginas do notável relatório do Presidente Paulo Torres. Temos justas razões para esperar que no ano parlamentar que se inicia haverá de ser maiores os nossos êxitos. Digo estas palavras em nome também dos outros dois Senadores mineiros, Magalhães Pinto e José Augusto. Receba, Sr. Senador Ruy Carneiro, nossas congratulações pelo seu discurso.

O SR. RUY CARNEIRO — Sr. Presidente, agradeço e faço questão de frisar o valor do aparte que acabo de receber, porque o representante de Minas Gerais no Senado da República, Senador Gustavo Capanema, tem autoridade para exaltar o trabalho, penoso e valioso, da Presidência desta Casa, na elaboração do relatório das nossas atividades em 1973. S. Exª, Presidente da Comissão de Educação e Cultura, grande Ministro de Getúlio Vargas, cita que é o humilde representante da Paraíba, representante da Oposição nesta Casa, que vem fazer esta exaltação. É muito grato e agradável ao modesto representante da Oposição, encarnando neste instante a voz da justiça, proferir o comentário acerca do relatório da Presidência do Senado, que tanto êxito alcançou.

Os Srs. Lenoir Vargas e Amaral Peixoto — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer, ouço o Senador Lenoir Vargas.

O Sr. Lenoir Vargas — Nobre Senador Ruy Carneiro, faz muito bem V. Exª em dar destaque ao relatório do nosso Presidente Paulo Torres acerca das atividades do ano que passou, e faz muito bem por duas razões: uma delas, que V. Exª focaliza e caracteriza, é o trabalho, o empenho, o esforço, a dedicação e o patriotismo desta Casa no desempenho de sua missão no ano que passou; o segundo aspecto que desejo caracterizar é que esta Casa não se enganou quando escolheu para seu Presidente — e de maneira rara, porque pela unanimidade de seus Membros — o ilustre Senador Paulo Torres. Meus cumprimentos à iniciativa de V. Exª

O SR. RUY CARNEIRO — Senador Lenoir Vargas, representante de Santa Catarina, sou muito reconhecido pelo apoio de V. Exª à minha exposição sobre o relatório do nosso grande Presidente Paulo Torres. Conhecido pela sobriedade dos seus julgamentos, é valiosa a intervenção de V. Exª, Senador Lenoir Vargas.

Concedo o aparte a meu Líder, Senador Amaral Peixoto.

O Sr. Amaral Peixoto — Ilustre Senador Ruy Carneiro, falo, neste momento, como fluminense, orgulhoso de ter um coestadano na Presidência desta Casa, e Presidente eleito pelo voto unânime dos seus pares. E fico somente na atuação do Presidente da Casa, porque podemos calcular as dificuldades que S. Exª teve para conduzir o Senado da República com tanta eficiência, com tanto espírito liberal, com tanta compreensão para com os seus correligionários e para com os seus adversários. Congratulo-me com V. Exª e digo que o Estado do Rio está orgulhoso de ter enviado para o Senado da República esta figura eminente que hoje dirige os nossos trabalhos.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito agradecido, meu ilustre e eminente Líder. V. Exª não fala como Líder da Oposição: V. Exª fala com o coração do Estado do Rio, que representa nesta Casa; V. Exª fala como representante do povo fluminense, exaltando o trabalho, o esforço e o sacrifício com que o nosso Presidente Paulo Torres vem dirigindo os destinos desta Casa.

Muito agradecido a V. Exª

O Sr. Benjamin Farah — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer, Senador Benjamin Farah.

O Sr. Benjamin Farah — Quero congratular-me com V. Exª. Já nem precisava fazê-lo, porque o nosso muito digno colega e Líder, o nobre Senador Amaral Peixoto já falou por todos nós. V. Exª tem agora o respaldo de toda a nossa Bancada. Mas, permito-me, em nome da Guanabara, expressar a V. Exª, que é um valoroso representante daquela Paraíba tão heróica e tão querida, as minhas congratulações. O discurso de V. Exª está causando a maior impressão. Ainda há pouco, o nobre Senador Gustavo Capanema muito o elogiou pelo seu discurso. V. Exª fala não só como Membro da Oposição; V. Exª fala como representante do Senado; V. Exª fala em nome da Casa! O discurso de V. Exª dignifica esta Casa e esta Casa dignifica a classe política. Estamos-nos esforçando, lutando pela classe política.

Vivemos momentos difíceis com o falecimento daquele grande homem público que presidiu esta Casa, Senador Filinto Müller. Foi um momento de transição difícil, mas graças a Deus, tivemos a habilidade de eleger o ilustre Senador Paulo Torres, em boa hora elevado à Presidência desta Casa e não houve solução de continuidade. Atravessamos aquela borrasca com o maior cuidado e com a maior prudência. E esta Casa está, assim, empolgando a Nação toda pelo seu comportamento, pelo seu trabalho. Qualquer participação no sentido de levar à Nação o esforço que nós estamos dependendo aqui é realmente uma colaboração que não pode ser desprezada. V. Exª está fazendo um discurso notável, um discurso oportuno, porque o Senado é a grande vanguarda da classe política, tantas vezes atacada, agredida, mal compreendida, explorada por elementos que se dizem amigos dos políticos, mas que exploram os políticos, não os ajudam e não ajudam a política. Nós precisamos fazer uma boa política e só faz a boa política a classe política, aquela que sabe cumprir com seu dever. Esta Casa, neste ponto, é a grande cidadela da classe política. V. Exª está, hoje, dignificando mais esta Casa, como sempre o faz. Portanto, meus parabéns e minha solidariedade ao seu discurso.

O Sr. Virgílio Távora — V. Exª dá licença um aparte, ilustre Senador Ruy Carneiro?

O SR. RUY CARNEIRO — Um minuto. Quero agradecer especialmente ao meu nobre companheiro de Bancada, o ilustre representante do Estado da Guanabara, Senador Benjamin Farah, por ter iniciado o seu aparte focalizando a Paraíba, que eu tanto amo e que represento nesta Casa com o maior orgulho e humildade.

Agradeço a V. Ex^a os comentários que fez sobre o trabalho que este Presidente vem realizando, com o apoio de todos os Senadores para defesa da classe política, tão mal julgada e tão mal compreendida.

Muito agradecido, Senador Benjamin Farah, pelo aparte de V. Ex^a.

Dou com prazer aparte ao Senador Virgílio Távora, Líder da Maioria e representante do glorioso Estado do Ceará.

O Sr. Virgílio Távora — Nobre colega, a ARENA, por nossa voz, empresta apoio ao pronunciamento que V. Ex^a neste momento faz perante esta Casa, ressaltando como ponto maior aquele em que é bem enfatizado o papel do dirigente maior da Casa; daquele que recebeu o comando em momento difícil, em momento de dor, de luto mas que soube ficar à altura das responsabilidades que lhe cabiam, que dirigiu a nau por águas procelosas. Voltando às origens, empregou aquelas qualidades básicas no desempenho da missão que, conhecidas eram nossas, no seu tempo de militar. Pela ARENA estamos cientes do pronunciamento que breve se seguirá ao de V. Ex^a, do Senador Guido Mondin que, também, com a sua eloquência, deverá dizer daquilo que todos nos orgulhamos, de ter em nosso quadro a figura daquele Febiano intrépido, que, deixando a carreira de origem, veio ilustrar a vida pública da província do Rio de Janeiro e do grande País que é o Brasil.

O SR. RUY CARNEIRO — Vejo agora, Sr. Presidente e nobres colegas, que já não estou mais falando apenas como um representante da Minoria e da Paraíba. Vejo que falo também em nome de todo o Senado, porque depois dos pronunciamentos de vários representantes da Maioria e da Minoria, pela voz do seu Líder, fala agora o maior, da bancada do Governo, que é o representante do Estado do Ceará, o Senador Virgílio Távora. Vejo que, com isto, falo em nome de todo o Senado da República.

Isto para mim é motivo de orgulho e grande satisfação, que deve ser maior não para mim, não para o Presidente Paulo Torres, mas para o próprio Senado que está procurando exaltá-lo, uma vez que S. Ex^a assumiu a Presidência da nossa Casa numa hora de dificuldades, pois não seria fácil substituir o grande e saudoso Senador Filinto Müller.

Muito obrigado, Senador Virgílio Távora, pelo seu aparte.

O Sr. Fausto Castelo-Branco — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer, Senador Fausto Castelo-Branco.

O Sr. Fausto Castelo-Branco — Seria desnecessário até que me pronunciasse depois de tantos apartes, de tantos ilustres oradores, inclusive nosso eminente Líder, Senador Virgílio Távora, mas, também, não se justificaria que aqui estando presente não desse o meu apoio e aplauso, na qualidade de amigo e admirador do nosso Presidente, que tão bem nos dirigiu no ano de 1973, encontrando sérias dificuldades, dificuldades que certamente encontrará neste ano de 1974, mas que saberá com toda certeza vencê-las, porque é acostumado ao trabalho, à luta, e habituado a fazê-lo com equilíbrio e sabedoria.

O SR. RUY CARNEIRO — Agradeço ao nobre representante do Estado do Piauí, Senador Fausto Castelo-Branco. Tornava-se necessário ouvir a sua voz, para acompanhar os aplausos que a Casa, em coro, promove ao trabalho construtivo da atual Presidência do Senado Federal.

O Sr. Wilson Campos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com muito prazer, Senador Wilson Campos.

O Sr. Wilson Campos — Já se disse, também na última voz do Senador Fausto Castelo-Branco, que não seria mais necessário aplaudirmos a atitude de V. Ex^a, porque o Líder do nosso Partido, Senador Virgílio Távora, também o Líder do Partido de V. Ex^a, Senador Amaral Peixoto, já manifestaram o regozijo pelas palavras de V. Ex^a. E foi dito pelo Senador Gustavo Capanema — esse grande homem público — que V. Ex^a, como homem de outro Partido, louvava a administração do eminente Senador Paulo Torres, que esta Casa, por unanimidade, elegeu, para que, no período de dois anos, pudesse dirigir seus destinos, e hoje nos sentimos honrados e satisfeitos por aquilo que diz V. Ex^a e o que fez o Senador Paulo Torres, que, já por um ano, vem demonstrando a sua capacidade e de muito que ainda poderá realizar. Portanto, meus parabéns a V. Ex^a pela maneira como hoje registra a benfeitoria administração do Senador Paulo Torres e dos demais componentes da Mesa a que S. Ex^a pertence.

O SR. RUY CARNEIRO — Gratíssimo, Senador Wilson Campos, representante do Estado de Pernambuco, nosso querido vizinho Leão do Norte. V. Ex^a vem assim reforçar o pensamento do nosso Nordeste sofredor, no momento em que estou fazendo a exaltação da obra que vem realizando o atual orientador dos destinos do Senado da República, o eminente Senador Paulo Torres, representante do Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO — Com prazer, Senador Nelson Carneiro.

O Sr. Nelson Carneiro — Tive a honra de, no ano passado, liderar a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro e, neste momento, quero dar meu testemunho do espírito de compreensão e de colaboração, da franqueza e da lealdade que sempre encontrei da parte do Presidente Paulo Torres durante todo aquele período.

O SR. RUY CARNEIRO — Muito agradecido ao meu companheiro, Senador Nelson Carneiro, representante do Estado da Guanabara, que vem ratificar, mais uma vez, que a nossa Bancada está coerente nos aplausos a obra grandiosa e patriótica que vem realizando, nesta Casa, o Senador Paulo Torres.

Concluindo as minhas palavras:

A Administração Geral do Senado, sobre a qual repousa o bom andamento das atividades fins, foi reestruturada em sua infra-estrutura e teve um produtivo desempenho, cabendo destacar, também, que apresentaram desenvolvimento, a nível de empresa, o Centro Gráfico e o Serviço de Processamento de Dados.

De tal retrospecto, oriundo da minuciosa descrição constante do Relatório da Presidência, há de se concluir que o Poder Legislativo, através de sua Câmara Alta, se fortaleceu sensivelmente no que diz respeito aos meios para bem desempenhar suas funções, restando, apenas, uma maior abertura política, capaz de elevá-lo ao lugar que sempre ocupou na História Pátria.

Com efeito, a nova diretriz imprimida no Relatório da Presidência constitui fato auspicioso que merece os aplausos de todos quantos labutam nesta Casa, ou têm sua atenção voltada para o trabalho do Legislativo. Com uma publicação moderna, comunicativa, ilustrada e dinâmica, o Relatório de 1973 prima pelo conteúdo e apresenta uma forma condigna com sua importância, igualando-se aos relatórios anuais editados pelos mais diversos órgãos da moderna administração pública.

Sr. Presidente, essa foi mais uma realização de V. Ex^a, homem digno, eminente patriota, parlamentar ilustre e democrata autêntico.

Cabe ressaltar, nesta oportunidade, o gesto liberal que bem demonstra o espírito aberto e generoso de V. Ex^a, ao decidir, com acerto inusitado, a relevante questão surgida com relação ao uso da

palavra dos Presidentes dos Partidos políticos, quando da ocasião da eleição indireta realizada em janeiro próximo passado.

Quero, enfim, cumprimentar Vossa Excelência, Sr. Presidente Paulo Torres pela compreensiva e progressista gestão que vem cumprindo na direção máxima do Poder Legislativo. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Nobre Senador Ruy Carneiro, Srs. Senadores, assumi este posto pela alta distinção de V. Ex^{as}. em agosto do ano passado. E apresentei, no último dia da Sessão Legislativa pretérita, um relatório leal, sincero e objetivo. Esse trabalho me não pertence e, sim, à equipe dos valorosos funcionários que ornamentam e honram esta Casa.

Hoje, V. Ex^{as}., o grande Senador que a Paraíba enviou ao Senado da República, exalta a obra que apresentamos, e V. Ex^a. teve a aparté-lo os nobres Senadores Lourival Baptista, Amaral Peixoto, Gustavo Capanema, Lenoir Vargas, Benjamin Farah, Virgílio Távora, Fausto Castelo-Branco, Wilson Campos e Nelson Carneiro.

Sinto-me feliz e sinceramente recompensado das agruras — honrosas é verdade —, do cargo que ocupo, e por não ter desmerecido até hoje a confiança, estima e consideração de V. Ex^{as}. A todos os Srs. Senadores, muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Clodomir Milet — Fausto Castelo-Branco — Waldemar Alcântara — Domício Gondim — Wilson Campos — Arnon de Mello — Teotônio Vilela — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Saldanha Derzi — Ney Braga — Celso Ramos — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1973, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que estabelece a prescrição quinquenal do Direito do Trabalho, alterando o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

PARECERES, sob nºs 211, 212, 639 e 640, de 1973, das Comissões:

— de Constituição e Justiça: 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade da Emenda nº 1, de Plenário;

— de Legislação Social: 1º pronunciamento: favorável 2º pronunciamento: favorável à Emenda nº 1, de Plenário.

A discussão foi encerrada na sessão de 11 de novembro de 1973, com apresentação de emenda em Plenário.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprova, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 1973

Estabelece a prescrição quinquenal no Direito do Trabalho, alterando o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 Salvo disposição especial em contrário, prescreve em cinco anos o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infrigente de dispositivo contido nesta Consolidação."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Aprovada o projeto e a emenda, a matéria vai à Comissão de Redação.

É a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1 (de plenário)

Ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1973.

Dê-se ao artigo 11 a seguinte redação:

"Art. 11. Salvo disposição especial em contrário, prescreve em quatro anos (4) o direito de pleitear a reparação de qualquer ato infrigente de dispositivo contido nesta Consolidação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres)

Item 2:

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 108, de 1973, de autoria do Sr. Senador Osires Teixeira, que altera a redação do § 3º, do art. 1º, da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, para o fim de determinar a transferência da sede da SUDECO para a cidade de Goiânia, tendo parecer, sob nº 688, de 1973, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido do Sr. Senador Nelson Carneiro.

Em discussão o projeto quanto à sua constitucionalidade. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Concedo a palavra ao Senador Virgílio Távora, para encaminhar a votação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Sr. Senadores:

Sem embargo dos altos propósitos do nobre Senador Osires Teixeira ao encaminhar o projeto em questão, sente-se a Maioria impedida de dar-lhe apoio, face à nossa Carta Maior: veda tal atitude o conjunto de artigos nºs. 57, II, e 81, V.

Realmente, em negando aprovação ao projeto, deixamos formulado um apelo ao Poder Executivo para que tal medida, da sua essência competência, seja tornada realidade, isto é, a transferência da sede da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO — para uma cidade dentro da zona de ação dessa mesma Superintendência, a exemplo do que existe com a SUDENE em Recife, com a SURAMA em Manaus, com a SUDAM em Belém, com a SUDESUL em Porto Alegre.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, somos pela rejeição do projeto, apoiando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se acham. (Pausa.)

Rejeitado.

O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 1973

Altera a redação do § 3º do art. 1º da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, para o fim de determinar a transferência da sede da SUDECO para a cidade de Goiânia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 1º da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste SUDECO — tem sede e foro na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás.”

Art. 2º O Poder Executivo promoverá a transferência das instalações, pessoal e serviços da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste — SUDECO — para a cidade de Goiânia, no prazo de cento e vinte (120) dias, a contar da publicação desta lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres colegas:

No Relatório de 1973 apresentado pela Presidência à Casa e, porque à Casa, ao povo brasileiro, lembra-se, numa de suas páginas ricas de conteúdo, uma expressão do Professor Simões Lopes, segundo a qual são tais documentos “cada vez menos lidos”. Tal qual, porém, se acrescenta a seguir, a responsabilidade de informar se faz imperiosa, mormente quando se trata de uma instituição que tem seu fundamento no voto popular. Não se pode, portanto, presos a uma sentença inegavelmente pessimista, cuidar de determinada exposição terá maior ou menos número de leitores.

Um relatório é um documento destinado a valer no tempo, porque nele se apresenta o essencial dos fatos, das ocorrências, das atividades de uma administração em determinado período, não apenas para colher consequências imediatas, mas fundamentalmente para a consulta futura.

No caso do Senado Federal, enfatiza o Relatório que a obrigação de apresentá-lo é “ainda mais precisa na medida em que, como órgão colegiado, deve necessariamente prestar contas a seus membros, do trabalho desenvolvido, ao fim de cada sessão legislativa, por força de dispositivo regimental”.

Na verdade — colho o ensejo para dizê-lo — o Relatório de muito extravasa do atendimento puro e simples a dispositivos regimentais, para transformar-se numa peça de inteligente comunicação, em que ressalta, na sua primorosa e moderna apresentação, a viva e eclética orientação que vem seguindo a nobre Mesa Diretora e, em particular, o eminente Presidente Paulo Torres.

Se, ainda lembrando o Professor Simões Lopes, concordamos que os relatórios são “documentos cada vez menos lidos”, não podemos, contudo, deixar de considerar que eles na verdade não existem para se sucederem em edições como qualquer *best seller*, mas sempre se destinam a um determinado escalão de interessados diretos ou de estudiosos da atividade a que se vincula o documento.

Devemos acrescentar ainda que um relatório, saído de uma instituição onde o povo tem vez através daqueles que o representam, tende a transpor suas portas e ganhar ruas e praças, por onde andam as gentes e, por pequena que seja a sua percentagem, temos de admitir que não nos falta espírito cívico curioso em conhecer o que se faz e o que se passa na própria Casa do Povo, onde nem todos podem estar sistematicamente presentes.

Esta observação leva a outras mais. Integrantes de um dos três Poderes da Nação, por vezes olvidamos a circunstância que, afinal, fundamentalmente nos diferencia dos demais. Somos uma instituição que evidentemente exige uma sede, mas as paredes do edifício em que nos instalamos são as nossas próprias fronteiras geográficas, dentro das quais vivem cem milhões de brasileiros. Temos, Sr. Presidente, queiram ou não queiram, a marca do povo. O Congresso não confina em si mesmo. Ele é a comunidade, aqui dentro e lá fora, na sístole e diástole do seu próprio destino. A delegação que cumprimos, através do voto, jamais nos deverá levar ao esquecimento de que assim é, dentro, evidentemente, do ordenamento natural da representação popular.

A referência, meus nobres colegas, pode ser elementar, mas é invocada para que volte a referir-me ao Relatório da Presidência do Senado, que não quero ver como uma peça destinada ao bolor dos arquivos, mas como um registro capaz de convocar, na hora que passa, nossos sentimentos cívicos e democráticos.

Que diz o Relatório, de que nos fala este documento que nos oferece a contraprova a conceitos que lamentavelmente perduram e parecem mesmo recrudesce na pena cruel de uma crítica destrutiva, em que pesem as aparências de uma suspeitosa preocupação? Nele está o trabalho que desenvolvemos no decurso de uma sessão legislativa. Os números, Sr. Presidente, têm eloquência. Quem elaborou ou examinou ou discutiu e votou esses Projetos de Lei da Câmara e do Senado, os Projetos de Decreto Legislativo, os Projetos de Resolução, os Pareceres do Senado, as Indicações, os Requerimentos, os Pareceres do Congresso Nacional, as Mensagens do Congresso Nacional, os Projetos de Lei do Congresso Nacional, os Projetos de Decreto Legislativo do Congresso Nacional, os Vetos Presidenciais? E os pronunciamentos? E os debates? Terão sido sombras ou homens em ação? Homens, nobres colegas, homens movimentando-se por entre reuniões simultâneas, convocações intermináveis, madrugadas exaustivas, no entrecchoque de opiniões, a inteligência em guarda, sob a vigilância de uma consciência tanta vez desafiada. E essa legião, Sr. Presidente, essa legião de servidores fiéis, a cumprir seu assessoramento na mais íntima comunhão de anseios com os responsáveis maiores no resguardo dos interesses populares?

Os números são eloquentes, mas atrás deles está o homem, de cujo esforço eles resultam. Não está apenas a criatura fria a produzi-los na sucessão dos dias e das noites, mas almas que refletem os sentimentos de milhões de outras. A tarefa parlamentar convulsiona mente, nervos, alma, — ou não é disso que resulta a insônia que a responsabilidade conduz como irônico prêmio à vida parlamentar?

Então como pode qualquer um de nós manusear um relatório, que é uma reconstituição de fogo desse caldeirão de emoções, sem valorizá-lo convenientemente?

É preciso ir adiante, é preciso ir adiante para uma observação que tem de ser teimosamente repetida.

Quando uma crítica impiedosa se abate sobre o Congresso, num desprimor de conceitos, desnaturando aquela que queremos e de que necessitamos para nossa ascensão, é bom desde agora deixar um recado para o futuro.

Não seremos nós que negaremos circunstâncias, não seremos nós que negaremos uma realidade tangível, presa às malhas da história, que não seleciona escalões no seu envolvimento indiscriminatório e irremissível na construção do porvir.

Fácil é a instigação, tanto quanto são desprezíveis as manifestações de inconsciência ou de inassimilação dos estágios por que passam os povos no encontro do seu destino. As acusações que

pesam sobre o Congresso Nacional partem ou de intenção oculta ou da insensibilidade face a um processo que não está a servir senão à Nação.

O que se nota é que os críticos, mesmo tantos dos que temos por mais argutos, não querem surpreender numa atitude coletiva de eloquente compreensão, a contribuição alta e generosa que os parlamentares brasileiros souberam construir na preservação daqueles valores maiores que se expressam em nossas instituições.

Interpretam-se atitudes ou refrações de alguns, sempre existentes, mas não perceptíveis em tempos outros, quando não interessava observar — como fatal consequência de um esvaziamento que, mais do que ferir a missão parlamentar, a tornaria destituída de necessidade.

O parlamentar brasileiro, nobres Colegas, vive entre uma realidade que ele sabe interpretar com a acuidade da sua percepção patriótica e a constante arremetida dessas acusações deprimentes, de envolta com instigações cavilosas e odientas.

Aí, porém, é que se dimensiona o papel que o Congresso tem representado, num equilíbrio que, longe de merecer a monocórdia enervante de dispensáveis conselheiros, alcança, isto sim, a solidariedade da Nação.

Não fosse esse comportamento de excelso cívica e não teríamos esta tranqüila disposição para um trabalho que o Relatório em apreciação traduz na síntese esmagadora dos seus dados e fatos que registra.

Temos cuidado de dotar o Parlamento de modernos e eficientes instrumentos de trabalho, que a impenitência demolidora despreza, qualificando-os de máscara do inútil.

Falta, Sr. Presidente, a essa crítica aquele mínimo de conhecimento psicológico necessário para perceber que essa preocupação só existe como revelação de convicções íntimas, de fé absoluta naquilo que se persegue. Fosse este Congresso aquele clube de autômatos e abúlicos das suas gratuitas acusações e não existiria o élan que se faz tangível no entusiasmo com que se reforma, atualiza, amplia, moderniza e reorganiza serviços e instalações indispensáveis ao cumprimento das missões maiores.

Mas, mais do que tudo, cumpre exaltar a determinação parlamentar de vencer transitórias dificuldades com os critérios e aquela bravura que não consistem em tresloucadas arremetidas, mas num paciente e maduro jogo de inteligência e consciência de missão.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^a dá licença para um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com prazer.

O Sr. Virgílio Távora — Na primorosa oração que V. Ex^a proferiu, nobre Senador, não sabemos o que mais admirar, se o primor da forma ou a profundidade dos conceitos. Na hora em que necessário se torna exaltar o papel do Parlamento Nacional V. Ex^a presta serviço inestimável. Certos estamos de que figurará ela nos Anais desta Casa, como uma das manifestações maiores da inteligência, da cultura, do desassombro do povo brasileiro, aqui tão bem representado por V. Ex^a.

O SR. GUIDO MONDIN — Nós não poderíamos, nobre colega, perder a oportunidade da apresentação deste relatório, em que se configura numa síntese de ouro, a atuação que vem sendo desenvolvida nesta Casa sob a inteligente, pertinaz, direção do nosso preclaro Presidente Paulo Torres.

Esta foi uma tarde consagrada. Através da palavra do meu eminente amigo, Senador Ruy Carneiro, que motivou tantas manifestações neste Plenário, ficou expresso, patenteado o sentimento dos homens que, ao lado do Presidente Paulo Torres, labutam nesta Casa.

É preciso, exatamente, que se diga o que tentei dizer, tal qual fez o nobre Senador Ruy Carneiro: para que consigamos, através da insistência, da pertinácia da nossa voz, transpor estas paredes, para que o povo, aquela gente que não pode estar aqui continuamente, saiba que no Congresso Nacional há uma forja, feita de trabalho

constante, pertinaz — madrugadas vencidas; tanta vez tenho falado sobre isso —, para que se compreenda que estamos realizando aquele papel histórico que algum dia há de ser julgado.

O Sr. Ruy Carneiro — Agradeço a gentileza da referência de V. Ex^a à minha modesta oração.

O SR. GUIDO MONDIN — Sr. Presidente, se falta a críticos coetâneos o lastro honesto de uma interpretação justa, ela não faltará ao historiador do futuro, quando homens e fatos estarão sendo julgados com a nitidez e a imparcialidade que a perspectiva do tempo sempre traz. Então, se não de encontrar — ah! como se não de encontrar — as dimensões exatas de um comportamento parlamentar de lineamentos inconfundíveis nos confrontos, veja, Sr. Presidente, nos confrontos, do exercício da política em nossa terra. Teremos, daí, que a genialidade, que querem hoje inexistente nos quadros parlamentares, será encontrada na inteligência serena de uma despretenção sublimada pelo amor à Pátria e à Democracia, embora enfrentando tantos desafios.

Então, também, um Relatório como esse a nós oferecido pela vigorosa e clarividente Presidência da Casa, longe de ser aquele “documento cada vez menos lido”, terá a importância de um testemunho solar e de imposição da verdade para a interpretação e o julgamento desta quadra da vida parlamentar brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sema) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Braga.

O SR. NEY BRAGA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Esta Casa tem lembrança bem marcante de Othon Mäder.

Durante oito anos, na década de 1950, e logo depois na Câmara dos Deputados, o Paraná teve em Othon Mäder um representante que, como Senador ou como Deputado, honrou os mandatos tanto quanto os que mais os poderiam honrar.

Sua figura se destacava pela retidão. Era um homem reto fisicamente, moralmente, politicamente.

Nunca se ouviu de Othon Mäder uma palavra sequer que não fosse orientada pelo bem servir. O Paraná o conheceu muito bem. Também o Brasil o conheceu, porque ele era daqueles que, nos momentos de crise como nos momentos de paz, não se deixava levar pela omissão.

Othon Mäder, pulso firme de administrador, foi, no Estado que tanto engrandeceu, Secretário de Viação e Secretário da Fazenda. Depois, o Parlamento o convocou porque, em memorável pleito, quando se iniciava no Paraná a restauração, o povo paranaense entendeu a sua mensagem vigorosa pela dignificação da função pública.

Quando a luta pela posse da terra manchava de sangue o chão do Sudoeste do Paraná, escrevendo páginas trágicas na História do Estado, a voz de Othon Mäder foi das primeiras a levantar-se na defesa do direito e na busca da tranqüilidade social.

Quando o Paraná se iniciava nos caminhos do progresso, quando a agricultura começava a produzir riquezas, fazendo do café poderosa alavanca a jogar o Estado para novas arrancadas, Othon Mäder estava presente, integrado nos problemas, voltado para suas soluções, lutando por elas com denodo e autoridade.

Fizemos juntos mais de uma campanha política, mas foi em 1960 que, candidato a Governador do Estado, como ele próprio o fora antes, tive nele um companheiro leal, incansável, trabalhador e permanente. Muitos cansavam ao meos das jornadas. Outros, bem mais jovens, preferiam os caminhos mais fáceis, mas Othon Mäder, a quem nem o peso dos anos conseguiu curvar, não temia distâncias, enfrentava as dificuldades, superava os obstáculos com o vigor e o entusiasmo que poucos conseguem ter e raros conseguem manter.

Em suas pregações, ele não pensava nos homens que combatia, nem mesmo nos homens que defendia. Ele traçara para si uma norma de conduta baseada em princípios e ideais. E eram esses princípios e ideais que moviam sua atuação política.

Na iniciativa privada, como um dos pioneiros em nosso Estado, também sua presença se fez marcante. Se o Brasil, na política, ouviu sua voz, ainda hoje, em todos os quadrantes, onde se vê e se ouve falar em Bamerindus — um conglomerado financeiro de raízes e formação inteiramente paranaenses, que se impôs entre os grandes no Brasil — é preciso que se saiba que, entre os primeiros dessa obra admirável, sempre esteve Othon Mäder.

O Sr. Carlos Lindenberg — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY BRAGA — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Carlos Lindenberg — Perdoe-me V. Ex^a interrompê-lo, porém recebo, com profundo pesar, o registro que V. Ex^a está fazendo, do falecimento do nobre ex-Senador Othon Mäder. Foi meu colega no Senado Federal, no Rio de Janeiro, e sempre reconheci nele um homem de bem, capaz, interessado por todos os problemas, não só do Paraná, como do Brasil inteiro. Era um homem reto, de opinião e que sabia o que queria, tendo prestado a seu Estado os mais relevantes serviços. Com estas palavras, quero unir ao pesar de V. Ex^a os meus sentimentos de saudade pelo falecimento de Othon Mäder.

O SR. NEY BRAGA — Muito obrigado, nobre Senador.

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY BRAGA — Pois não!

O Sr. Lourival Baptista — Desejo associar-me ao pesar do Paraná e de seu povo, através da palavra de V. Ex^a, pelo falecimento de Othon Mäder. Representou o seu Estado sempre com dignidade, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados. Era um parlamentar sério, ativo, estudioso e interessado nos problemas nacionais. O Paraná perdeu um grande filho e chora o seu desaparecimento; e o Brasil lastima a perda de um patriota que esteve sempre ao lado das boas causas. Associe-me, assim, eminente Senador Ney Braga, ao pesar traduzido nesta Casa pela palavra de V. Ex^a, demonstrando e dizendo da saudade e do pesar do seu Estado.

O SR. NEY BRAGA — Agradeço os apartes dos Srs. Senadores, que juntam às minhas palavras aquelas que trazem tanto calor, de saudade, de admiração e de devotamento àquele vulto que o Paraná perdeu, e que o Brasil, por certo, chora também.

Nesta Casa, como na Câmara Federal, durante seus doze anos de representação, os Anais estão repletos de pronunciamentos do grande paranaense. Era um homem eclético em suas preocupações; não era parlamentar de um tema só. A economia, as finanças, a agricultura, poderiam ter presença maior em suas falas no Parlamento, mas a tudo ele dedicava atenção total. Com o passar dos anos, quando o repouso já era um direito seu, tantos foram os serviços que prestou ao longo de sua vida, ele teimava em servir. Atualizava-se sempre, mesmo como político sem mandato. Atualizava-se sempre, como empresário. Atualizava-se sempre, como patriota e homem público.

Pois bem, Srs. Senadores, esse homem exemplar acaba de deixar-nos. Morreu Othon Mäder. Morreu trabalhando. Morreu, lúcido, com a certeza do dever cumprido. Tombou como os velhos jequitibás: — reto, vigoroso, prestante até os últimos momentos.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY BRAGA — Pois não, nobre Senador Eurico Rezende!

O Sr. Eurico Rezende — Desejava aproveitar a oportunidade e, também inspirado num preito de justiça, colocar no seu pronunciamento uma frase lapidar usada por V. Ex^a, quando se fazia aqui o necrológio do nosso saudoso companheiro Duarte Filho. Repito-a com relação ao Senador desaparecido: "Deus o conhecia e muito bem".

O SR. NEY BRAGA — Muito obrigado, nobre Senador. Agradeço muito a V. Ex^a esta homenagem que junta a que prestamos àquele paranaense tão ilustre que perdemos.

Nestas rápidas palavras, que ficarão registradas nos Anais desta Casa, quero deixar, mais do que uma homenagem pessoal, a saudade do Paraná, a palavra de sua Bancada, de saudade, de respeito, de admiração, e revividos os seus exemplos; quero também deixar a gratidão dos paranaenses a seu grande filho e o respeito de seus representantes, nesta Casa, que tanto honrou. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 22 de fevereiro último, participei, a convite do engenheiro Amaury Alves Menezes, diretor-técnico da CHESF, de uma reunião na sede da Empresa Distribuidora de Energia Elétrica em Sergipe — (ENERGIPE), presidida pelo engenheiro Antônio Ribeiro Soutelo, a que estiveram presentes os diretores da empresa e os engenheiros Amaury Alves Menezes, diretor-técnico da CHESF, Geraldo Prado Barreto, assessor da diretoria técnica da CHESF e o representante desta empresa em Sergipe, Dr. Roberto Melo Porto.

Na ocasião, o engenheiro Amaury Alves Menezes fez minuciosa exposição sobre o projeto de construção da nova usina do Sistema CHESF, em Canindé do São Francisco, no meu Estado. Trata-se de um notável empreendimento, de relevante importância para Sergipe, Alagoas e todo o Nordeste.

O doutor Amaury Alves Menezes mostrou inicialmente as vantagens técnicas do deslocamento da nova usina da região do Xingó, como de início se pensou, para Canindé do São Francisco, o que facilitará sobremodo a construção da barragem, bem como possibilitará a modificação das condições ecológicas pelo enchimento do canion do Rio São Francisco e rioschos laterais nos territórios de Sergipe e Alagoas. Permitirá um armazenamento de água na ordem de seis bilhões de metros cúbicos, correspondente a seis vezes a acumulação da Barragem do Moxotó ou o volume d'água existente na Baía da Guanabara.

Informou o diretor-técnico da CHESF que a barragem do Canindé do São Francisco permitirá que as águas se estendam até Paulo Afonso e penetrem nas lavas laterais dos Estados de Sergipe e Alagoas, numa média de trinta quilômetros do eixo do Rio São Francisco, o que facilitará muito a irrigação nessa faixa de terra, com reflexos de máxima significação na produtividade daquela região.

Com a Usina de Canindé, as cidades de Piranhas, em Alagoas, e Canindé do São Francisco, em Sergipe, poderão ter grande impulso desenvolvimentista. E redundará no aparecimento de uma nova Canindé, fruto de um canteiro de obras com cinco mil pessoas que lá será construído, e outro em Piranhas, em Alagoas, com idêntico número. Esse grande empreendimento, que entusiasma o povo sergipano, implicará no estabelecimento de excelentes condições para o aproveitamento turístico da região, com a construção de um vertedouro com mais de 300 metros de comprimento, com a água caindo de uma altura superior a 120 metros.

Sr. Presidente, até 1985, a nova usina estará em funcionamento, na demonstração do vigor da CHESF gerando sete milhões de KW de energia elétrica que favorecerão não apenas aquela região mas a todo o Nordeste.

A nova usina, de potência maior do que Paulo Afonso, beneficiará muito os Estados de Sergipe e Alagoas, propiciando cerca de dez mil empregos diretos numa região pobre. No próximo mês, o engenheiro Amaury Alves Menezes estará, de novo, em Sergipe, para entendimentos com o Governador Paulo Barreto de Menezes, que está muito empenhado no assunto, pois bem avalia o que representa para Sergipe e todo o Nordeste.

O Sr. Benjamin Farah — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, eminente Senador Benjamin Farah.

O Sr. Benjamin Farah — O registro que V. Ex^a faz é no estilo que V. Ex^a sempre evidenciou nesta Casa: um trabalho permanente, contínuo em favor de seu Estado e do Brasil. V. Ex^a, no instante em que estamos iniciando os nossos trabalhos nesta Sessão Legislativa, já se coloca na linha de frente para trazer ao conhecimento da Casa a construção de uma nova usina em Canindé, que irá beneficiar Sergipe, Alagoas e todo o Nordeste, com uma barragem, cuja água acumulada corresponde a seis vezes a Baía da Guanabara. É qualquer coisa de gigante, é uma obra em termos de Brasil-grande. Nós, que amamos esta Pátria, que queremos vê-la grande, forte, fecunda e respeitada; nós, que desejamos o desenvolvimento deste País, com esta notícia, ficamos com o coração cheio de alegria, de entusiasmo e de esperanças. Parabéns a V. Ex^a. O registro que V. Ex^a faz é realmente alvissareiro.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Benjamin Farah, pelo aparte que dá ao meu pronunciamento. Quero dizer-lhe que a obra, na verdade, será majestosa, a obra será extraordinária, a obra virá beneficiar não só os Estados de Alagoas e Sergipe, mas todo o Nordeste. Ela, não tenho dúvida, será realizada para que aquela zona seja beneficiada neste Brasil que caminha sempre para a frente.

Concluo, Sr. Presidente:

Ao fazer este registro, louvo o Governo do meu Estado pelos esforços que vem desenvolvendo dando toda colaboração à CHESF e a ENERGIP, que tem na sua direção o engenheiro Antônio Ribeiro Soutelo. Finalmente, felicito a CHESF, através de seu operoso diretor-técnico, engenheiro Amaury Alves Menezes, que, pela sua capacidade e trabalho, muito tem realizado no setor energético do Nordeste, bem como tem prestado relevantes serviços a Sergipe. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Peixoto.

O SR. AMARAL PEIXOTO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os jornais de São Paulo publicam, hoje, uma notícia realmente triste: faleceu Cândido Fontoura Silveira, o popular "Tio Candinho" tão conhecido em todo o Estado de São Paulo. Começou sua vida como modesto farmacêutico do interior. Fundou uma organização industrial que se tornou um dos maiores impérios da indústria farmacêutica e química do País. Esse homem extraordinário fundou também a Associação dos Farmacêuticos de São Paulo, da qual foi Presidente. Representou São Paulo em vários congressos científicos,

no Brasil e no exterior, e foi um inovador porque, quando lançou um dos mais populares dos seus produtos farmacêuticos, o Biotônico Fontoura, numa época em que a publicidade não havia alcançado a repercussão de hoje, fez uma campanha publicitária, com o auxílio de Monteiro Lobato, a qual, creio, foi a primeira grande campanha publicitária no País. A figura do "Jeca Tatu", que ele criara, com o auxílio do grande escritor, foi citada até por Rui Barbosa numa de suas conferências. Em poucos meses, todo o Brasil falava nesse remédio, até mais pela campanha do que talvez pelos seus próprios efeitos curativos. Era um homem bom, extraordinário. Aliou-se, no fim da vida, a um grande empreendimento norte-americano e começou a fabricar a vacina antipólio, a primeira a ser feita em nosso País.

Cândido Fontoura tinha um filho que foi nosso companheiro no Congresso, Olavo Fontoura, vitimado num desastre de aviação no quintal de sua própria residência. Deixa um outro, Dirceu Fontoura, que espero continue, com o mesmo espírito tenaz, desbravador de seu pai, naquela obra que, no começo do século, esse paulista extraordinário criou, significando a indústria brasileira.

O Sr. Guido Mondin — Antes de concluir, permita-me um aparte, nobre Senador. (Assentimento do orador.) — Quando li a notícia da morte de Cândido Fontoura, um mundo de evocações me surgiu, porque os homens da nossa geração estão até intimamente ligados ao desaparecido, precisamente, entre outras razões, é claro, pelo lançamento do Biotônico Fontoura. Então, eu me via, nessas recordações, entrando naquelas farmácias de antanho, para buscar o Almanaque, de que V. Ex^a está recordado, como já mencionou. É de se notar — segundo afirmou V. Ex^a — como, na época em que as promoções não haviam assumido o teor de hoje, era aquele Almanaque distribuído pelas multidões. Ao recordar esse episódio da infância, me emocionei, pois, confesso, ignorava se ainda Cândido Fontoura vivia. Por isso, em memória desses fatos, quero associar-me ao pesar de V. Ex^a, quando, num preito de saudade, lembra à Casa o falecimento de Cândido Fontoura.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Muito obrigado, ilustre Senador.

Tendo convivido com os filhos de Cândido Fontoura, pude conhecer o grande coração, a inteligência e o dinamismo do ilustre morto. Acho de justiça registrar nos Anais do Senado um voto de saudade, pelo desaparecimento do grande brasileiro. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo trazer ao conhecimento do Senado o inteiro teor do documento que nos foi remetido pelo Sr. Ruy Brito de Oliveira Pedroza, ex-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Empresas de Crédito, em resposta às críticas que lhe foram feitas pelo Sr. Senador Eurico Rezende, ao defender o Ministério do Trabalho.

Trata-se de uma defesa redigida em termos elevados, claros e fundamentados em fatos objetivos e contém grandes restrições à atuação do Ministério do Trabalho, que exigem explicações das autoridades responsáveis. Para que essas explicações sejam dadas e a opinião pública brasileira conheça a atitude coerente, elevada e combativa de um autêntico líder sindical, requeremos seja considerado

parte integrante do nosso pronunciamento a carta-documento que nos foi enviada pelo Sr. Ruy Brito de Oliveira Pedroza.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. FRANCO MONTORO EM SEU DISCURSO:

São Paulo, 27 de fevereiro de 1974

Excelentíssimo Senhor Senador
Dr. André Franco Montoro
Senado Federal
Brasília-DF

Excelência,

Li, em recortes do *Diário do Congresso*, de 4 e 5/12/74, que me foram enviados por amigos, o discurso de Vossa Excelência tratando de outros assuntos também importantes e protestando contra a política repressiva adotada pelo Ministério do Trabalho com relação aos Sindicatos de empregados, e a tentativa de refutação oferecida pelo Senador Eurico Rezende.

Peço, inicialmente, que aceite a minha homenagem pela corajosa atitude de defender os interesses legítimos dos trabalhadores, gesto que se acrescenta aos numerosos serviços já prestados por Vossa Excelência ao povo brasileiro e que o credenciam ao respeito e à admiração de quantos lhe têm acompanhado a admirável carreira de homem público. Deixo aqui também formulados meus agradecimentos pela maneira elogiosa com que a mim se referiu.

O Senador Eurico Rezende louvou-se, ao que parece, em informações de segunda mão, parciais e destituídas de fundamento. Apenas como exemplo, posso citar as referências injustas e desprimorosas feitas ao Dr. Mário Carvalho de Jesus, cuja dedicação às justas causas dos trabalhadores, cujo valor na defesa dos mais fracos e, principalmente, cuja atuação coerente e democrática o Brasil conhece desde os idos de 1962, bastariam para torná-lo merecedor de tratamento mais respeitoso.

Mas apreciarei apenas as afirmativas que S. Ex^a, fez e respeito do lamentável episódio da intervenção na Confederação Nacional dos trabalhadores nas Empresas de Crédito-CONTEC buscando situá-lo adequadamente e também acautelá-lo contra as infundadas acusações que me foram assacadas.

Creio que não devo justificar o meu procedimento à frente da CONTEC, pois a consciência de nada me acusa. Na medida de minhas limitações pessoais, procurei agir, em todos os momentos de minha gestão, de forma a manter-me dentro dos caminhos traçados por minhas firmes convicções de democrata e de cristão, sob esses princípios suscitando o debate dos problemas que afligem os bancários e securitários, bem como aqueles, mais gerais, de todos os trabalhadores.

Se muitas vezes critiquei, em contrapartida jamais deixei de, simultaneamente, oferecer alternativas de soluções, pois estou convencido de que é exatamente essa a função principal dos Sindicatos: a de enfrentar os problemas, analisá-los, estudar alternativas e propor ao Poder Público formas de resolvê-los. Só dessa maneira as organizações classistas chegarão a exercer sua função primordial, de órgãos de equilíbrio das relações de trabalho. O contrário, ou seja, o aplauso incondicional aos atos dos poderosos; a covarde subserviência; a acomodação em proveito próprio e a omissão comodista, estas atitudes é que devem ser repelidas, por terem o significado, ao mesmo tempo, de sintomas de degenerência, de corrupção moral e de desprezo pelos verdadeiros interesses nacionais. Tais procedimentos, infelizmente comuníssimos, em nada concorrem para encaminhar as soluções eliminadoras de erros e aliviadoras das tensões sociais.

A propósito das convicções acima resumidas, nunca deixei, em todos os relatórios anuais que, desde 1966, oficialmente encaminhei ao ministério do Trabalho, de apontar claramente os óbvios inconvenientes da permanência da estrutura sindical que vige no Bra-

sil, estimulador a do nefasto "peleguismo" e alimentadora de grupos extremistas, servindo antes às conveniências políticas transitórias dos que eventualmente dirigem o Estado do que à defesa dos legítimos interesses das categorias que nela deveriam estar representadas. A máquina sindical que aí está e a legislação pretensamente "avançada" que a suporta, têm na realidade o efeito de impedir o surgimento de organizações classistas legitimamente representativas gerando, com isso, a um tempo, profunda corrupção moral e crescentes tensões sociais, que não encontram caminho para as acomodações que são normais numa sociedade aberta.

Creio mesmo não haver exagerado quando afirmei, no último relatório por mim apresentado, que tal estado de coisas representa um dos importantes fatores que impedem a abertura democrática que tem sido prometida por todos os governos da Revolução e que, há uma década, se vem sucessivamente frustrando. Parece-me evidente que as tremendas tensões criadas pela inexistência de um sindicalismo livre e autêntico têm sido — e serão, enquanto perdurar este estado de coisas — caldo de cultura fértil explorado por todos os demagogos irresponsáveis e pelas minorias radicais do tipo do "Comando Geral dos Trabalhadores"

Minhas atitudes invariavelmente abertas, francas, honestas e leais, pautadas sempre e coerentemente pelos mesmos princípios, foram compreendidas como tais pelos Ministros que antecederam o atual titular da pasta do Trabalho. A isenção de minhas críticas aos programas sociais do Governo, tal como acabaram por ser executados, a eles oferecendo alternativas, fica evidenciada pelos comentários sobre eles feito pelo insuspeito jornal "O Estado de São Paulo", sob o título "Programas Sociais são desvirtuados", cujo recorte anexo.

Meu principal conselheiro para os assuntos de política salarial, à época da implantação dos instrumentos legais que regem presentemente a matéria (1965/1966), foi o Professor Antônio Dias Leite atual Ministro de Minas e Energias. Baseado em suas judiciosas observações e com o concurso de outras valiosas contribuições, levei a CONTEC a participar de um amplo trabalho que muito contribuiu para que a legislação inicialmente proposta fosse aprimorada com aperfeiçoamentos como a consideração dos resíduos inflacionários nos cálculos de reajustes de salários, o cômputo das taxas de aumento da produtividade e a manutenção das datas-base, para citar alguns exemplos.

São testemunhas de minha participação nesse trabalho, entre muitos outros, os ex-Ministros do Trabalho Dr. Arnaldo Lopes Sussekind, Coronel Walter Perachi Barcelos e Senador Jarbas Passarinho. Conhecem-na também os Deputados Federais Ildélio Martins, Herbert Levy e Jeremias Fontes, sendo que estes últimos a ele emprestaram franca ajuda, apresentando ao Congresso Nacional projetos substitutivos elaborados em colaboração com a CONTEC.

Apenas como ilustração cito trecho de conferência proferida em 2/5/69, no Curso Intensivo para Administradores do Banco do Brasil, pelo Ministro Jarbas Passarinho, no qual S. Ex^a afirmou:

"A expressão resíduo inflacionário me foi revelada justamente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito-CONTEC, a Confederação dos senhores" (cfe. "Banco do Brasil S/A-Boletim Trimestral, 1969, jul/set. — A — no IV — nº 3, pág. 62).

A imputação de que combati os postulados econômicos da Revolução portanto, apenas correspondente à incompreensão e ao espírito de intransigência de quem a formulou. Devo refutá-la, por inverídica, e posso fazê-lo, a qualquer momento, com provas abundantes dos fatos que acima citei, em rápida sinopse.

Fui acusado de sabotar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Entretanto, minhas reservas a respeito de certos aspectos da

legislação que criou esse instituto coincidem exatamente com as que foram feitas por ilustres especialistas em direito do trabalho entre os quais o Dr. Mozart Victor Russomano ("A Estabilidade do Trabalhador na Empresa"); o Dr. A. F. Cesarino Junior ("Estabilidade e Fundo de Garantia"); o Dr. José Martins Catarino ("Em defesa da Estabilidade"); e o Dr. Carlos Alberto Barata da Silva (Tese apresentada ao primeiro simpósio para estudo do FGTS, realizado em Brasília, sob o patrocínio do Banco Nacional de Habitação, em 1968).

O próprio Presidente Médici reconheceu, em mensagem dirigida à Nação, no dia 1º de maio de 1970, algumas das mesmas falhas que a CONTEC incansavelmente vinha apontando ao Ministério do Trabalho, ao Congresso Nacional e à Presidência da República, desde 1967.

No desenvolvimento desse trabalho, apresentei sucessivos estudos ao Ministério do Trabalho, visando ao aperfeiçoamento do FGTS, especialmente na busca de medidas que condicionassem ao interesse social e de certa maneira restringissem o poder conferido aos patrões de despedir imotivadamente seus empregados.

Sobre este aspecto de minha atuação à frente da CONTEC posso invocar o testemunho — entre muitos outros — de todos os Ministros do Trabalho da revolução; dos Doutores Mário Trindade e Rubens Costa, Presidentes do Banco Nacional de Habitação; do Senador José Lindoso, Vice-Líder da Arena; dos Deputados Federais Herbert Levy e Ildélio Martins, da Arena de São Paulo.

Foi dito que procurei solapar os planos de concessão de benefícios patrocinados pelos Sindicatos em favor de seus associados.

Mais uma vez evidenciava-se o aleive da falsa asseveração. Na realidade, colaborei pessoalmente com o grupo que planejou o Plano Especial de Bolsas de Estudos para trabalhadores sindicalizados. A esse plano dei sempre a mais ampla cobertura e divulgação. Todos os representantes classistas que passaram pelo PEBE, desde a sua instalação, são testemunhas de meu interesse pelo êxito do programa.

Minha atitude em relação ao programa de Cooperativas Habitacionais foi retratada pelo Dr. João Machado Fortes, seu implantador e primeiro Diretor da Carteira de Projetos Cooperativos do Banco Nacional de Habitação, na carta que dirigiu ao Presidente Costa e Silva renunciando ao seu mandato e na qual fui honrado com a generosidade da única citação pessoal:

"Por todos esses fatos que vivi, acompanhando-os dia a dia, tenho a consciência de realmente ter cumprido o meu dever. Foi, aliás, este o testemunho que foi transmitido ao Presidente do BNH pelo líder nacional dos bancários, presidente da CONTEC, por ocasião da entrega do conjunto "Populorum Progressio". E esse elogio é tanto mais significativo quanto o referido líder foi dos mais céticos e dos mais críticos em relação ao programa nos idos de 1966, sendo hoje um de seus defensores, numa atitude de grandeza e maturidade que enobrece o trabalhador brasileiro e o próprio sentido desse tipo de liderança, autêntica e consciente."

Mesmo aos próprios convênios entre os Sindicatos e o INPS, para prestação de assistência médica, patrocinados pelo Ministério do Trabalho com requintes persuasórios, embora neles visse sérias falhas, mesmo a estes ofereci amplo apoio, na esperança de que pudessem ser melhorados na medida em que os inconvenientes mais graves se fossem evidenciando. Atesta este fato o elevado nível de participação dos Sindicatos de bancários e de securitários em tais convênios.

É verdade que divergi do chamado "Programa de Empréstimos aos Trabalhadores Sindicalizados", de iniciativa do atual Ministro e o fiz por considerá-lo medida paternalista e demagógica, de caráter meramente paliativo, sem nenhuma importância, a longo prazo, para beneficiar os trabalhadores, mas gravemente onerosa para os

Sindicatos, aos quais — sem que tivessem sido ouvidos a respeito — se atribuíam as funções de fiadores dos mutuários, sem a contrapartida de qualquer espécie de garantia. Recusei-me a apoiar tal procedimento, que forçava os Sindicatos a colocar seus patrimônios em sério risco apenas para dar liquidez a um sistema de empréstimos absurdamente mal estruturado.

Fui acusado de "omissão sistemática em face do caos constatado no Sindicato dos Bancários da Guanabara", o que teria forçado o Ministério do Trabalho a intervir na entidade, desde abril de 1972.

A imputação é injusta, porque a Consolidação das Leis do Trabalho dispõe sobre a completa autonomia dos sindicatos em suas relações com as entidades de grau superior, subordinando-os, apenas, ao Ministério do Trabalho. Se omissão houve, portanto, a este deveria ser cobrada, e não à CONTEC. Se caos havia, porque não foi adotada nenhuma medida contra os responsáveis? Na realidade, feita a intervenção e aberto inquérito sobre o que se passava naquela entidade, a Justiça Militar absolveu, em dois julgamentos, os acusados pelo Ministério do Trabalho. Sobre a matéria, pronunciada a última palavra pelo Poder competente, creio que nada mais me cabe dizer.

Fui citado como o principal articulador da criação de uma Central Sindical de Trabalhadores, comparada ao renascimento do "Comando Geral dos Trabalhadores", de triste memória, extinto pela Revolução.

Do estudo da história do sindicalismo firmei, de há muito, a convicção de que agrupamentos ilegais do tipo daquele autônomo e espúrio "Comando" — assim como muitos outros que existiram no passado, criados em momentos de crise por minorias radicais, sempre prontas a pescar em águas turvas, resultaram da inexistência de uma organização federativa central, legal e abertamente constituída para canalizar as legítimas reivindicações dos trabalhadores. Nada vejo de absurdo ou de subversivo em tal idéia, como — de resto — as próprias classes produtoras também não vêem, tanto assim que organizaram a sua própria agência representativa central (o Conselho Consultivo das Classes Produtoras — CONCLAP) que se reúne periodicamente, e atua com vigor e construtivamente, sem jamais ser acusado de colocar em risco a segurança do País.

Sempre expus este meu ponto de vista, leal e francamente, lançando a tese para debate público em muitas ocasiões. O que nunca fiz — e apenas por entender que o assunto ainda não fora objeto de suficientes estudos, não estando assim bastante amadurecido — foi tomar qualquer iniciativa concreta para materializar a idéia.

Desta forma, o problema da criação de uma "Central Sindical" — se é que houve tal iniciativa, no que não creio — não pode ser relacionado com minhas convicções acima relatadas, embora tenha sido usado como pretexto para justificar o truncamento de meu trabalho na CONTEC.

O problema, para o Ministério do Trabalho, começou a esboçar-se em novembro de 1971, quando o Senador Jessé Pinto Freire, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, encaminhou ao Ministro do Trabalho memorial, acompanhado de anteprojeto de que propunha modificações na Consolidação das Leis do Trabalho propiciando o agrupamento das numerosas federações representativas de atividades ou profissões similares ou conexas, que poderiam ser substituídas por uma única Federação, em cada Estado, para cada plano de atividade ou profissão.

O referido memorial mereceu do Sr. Júlio Barata, em 9.11.71 seguinte despacho:

"À Secretaria-Geral para estudo. Considero a sugestão muito valiosa e digna de especial atenção."

Com esse despacho preliminarmente favorável, o memorial mitou pelos diversos setores do Ministério, recebendo sempre pareceres favoráveis, e acabou por ser encaminhado às Confederações de empregados, acompanhado de ofício do Departa-

to Nacional do Trabalho, de 31/7/72, do qual destaco o seguinte trecho:

"Considerando o despacho de S. Ex^a o Sr. Ministro, proferido na inicial, e dado o interesse que o assunto desperta, solicito o abalizado pronunciamento dessa entidade, dentro do prazo de 15 dias, como subsídio aos estudos que irá este Ministério proceder sobre a matéria."

Começaram a surgir, nessa época, as controvérsias, com repercussão na imprensa, em diversos pontos do País, com manifestações de grupos que, lembrados ainda dos lamentáveis rumos que o sindicalismo tomara anteriormente a 1964 e sem um estudo mais aprofundado que revelasse as raízes do problema, provavelmente identificam com a mazorca qualquer organização mais eficaz dos trabalhadores.

Sensível aos temores assim revelados, em 17.8.72 o Ministro do Trabalho proferiu conferência na Escola Superior de Guerra, na qual condenou taxativamente a criação de centrais sindicais, em uma tomada de posição que implicava implicitamente na retirada de seu apoio ao anteprojeto do Senador Jessé Pinto Freire. Efetivamente, no dia imediato, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou a seguinte declaração do Sr. Julio Barata, sob o título: "Ministro não viu Projeto das Federações Sindicais":

"Não tomei conhecimento, ainda, do anteprojeto que o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Senador Jessé Pinto Freire, teria enviado ao Ministério do Trabalho, dispondo sobre alterações na atual estrutura sindical."

Em 31.8.72, sob o título "Fusão Sindical Fica Arquivada", o *O Estado de São Paulo* noticiou:

"O Ministro do Trabalho, Júlio Barata, mandou arquivar "por razões óbvias", segundo seu despacho, o anteprojeto de autoria do Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Senador Jessé Pinto Freire, dispondo sobre a fusão de organizações sindicais. Esse mesmo anteprojeto, em novembro do ano passado, havia sido despachado pelo Ministro à Secretaria-Geral do Ministério, indo depois para o Departamento Nacional do Trabalho. Na época as autoridades ministeriais não atentaram para as implicações do documento... O que o anteprojeto, partido de uma entidade patrona, parecia pretender, era a fusão de entidades sindicais empresariais, mas sem ser claro a respeito. Como a Consolidação das Leis do Trabalho dispõe genericamente sobre entidades de classe, quer sejam de empregados, quer de empregadores, a consequência lógica é que, aprovada a idéia, seria possível não só a fusão de federações empresariais, como a formação de Centrais Sindicais, nos Estados."

No dia 1/9/72, os jornais, em diversos Estados, noticiaram que o Ministro do Trabalho voltara a condenar a criação de Centrais Sindicais, desta vez em Conferência na Escola de Guerra Naval. A síntese de conferência (de igual teor, em todos os jornais), emprestava gravidade ao tema, na medida em que identificava a Central Sindical Operária com a ação comunista e deixava transparecer a iminência de ameaças ao regime:

"O Ministro Júlio Barata voltou a criticar ontem a criação de centrais sindicais no País afirmando que a criação de quistos sindicais do tipo CGT, PUA, e outros representaria o surgimento de um poder sindical que suplantaria os poderes constitucionais e, se vitorioso, seria o primeiro passo no rumo do totalitarismo vermelho" (*Diário de Brasília*).

Por coincidência, lavrava grave crise administrativa no Ministério do Trabalho, parece-me que oriunda de desentendimentos pessoais entre o Sr. Secretário-Geral e o Presidente do INPS. O noticiário da imprensa sobre essa crise, a meu ver, não deixa dúvidas

quanto ao seu caráter pessoal, como se pode aferir dos exemplares do *O Estado de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil*, de 5.9.72.

Foi então que começou a circular a surpreendente versão que vinculava a crise administrativa à controvérsia sobre a criação da Central Sindical, surgida com o anteprojeto da Confederação Nacional do Comércio, como se vê na seguinte notícia publicada em 5.9.72, no *O Estado de São Paulo*:

"A crise na cúpula do Ministério do Trabalho, que resultou no afastamento de seu Secretário-Geral, do Presidente do INPS e alcançará pelo menos três outros importantes cargos dentro do Ministério, foi gerada durante os últimos dois meses tendo como centro frustradas articulações visando à criação de uma Central Sindical, à revelia do sistema e do próprio Ministro do Trabalho."

Outras notícias foram divulgadas, com o objetivo de desvincular o titular da pasta do Trabalho do *affaire*, que aparentemente se tornara bastante incômodo. Assim, por exemplo, o *Diário de Notícias* GB publicava, em 14-9-72:

"Embora considerando valiosa a sugestão que lhe foi encaminhada pela Confederação Nacional do Comércio, o Ministro do Trabalho, depois dos estudos de sua assessoria, concluiu pelo arquivamento da proposta. O Ministro do Trabalho considerou que a sugestão "embora valiosa e digna de especial atenção" não caberia, pois a ter de promover a unificação no âmbito das entidades patronais vinculadas ao comércio teria de estendê-la a outras categorias o que fere o princípio estabelecido de pluralidade sindical."

Singularmente, a versão que vinculava a crise administrativa do Ministério do Trabalho à controvérsia sobre a criação da Central Sindical permitia solucionar e encerrar, ao mesmo tempo, os dois incômodos problemas. É, como dividendo adicional, que permitiria eliminar o desconforto representado pela posição ativa e independente da CONTEC, foi o meu nome envolvido, naturalmente em razão de minha conhecida posição favorável (embora apenas em termos de debate teórico) à criação de uma Central Sindical.

Realmente, como deveriam, em outubro, realizar-se eleições para a CONTEC, a oportunidade era indicada para o meu afastamento. E, de fato, no final de mês de setembro, comunicaram-me, verbalmente, o veto à minha candidatura à reeleição. Foram alegados motivos como minha "oposição ao Governo e minha participação em movimentos destinados à criação de uma Central Sindical".

Sinto-me desobrigado de refutar novamente tais alegações. Já o fiz, em relatório que imediatamente dirigi ao Ministério, acompanhado de farta documentação. Compreendo que se trata de situação idêntica à do cordeiro, ingenuamente buscando defender-se, contra força lupina, com as frágeis armas da verdade.

E foi por assim entender que — em lugar de sacrificar a entidade (à qual dediquei tantos anos de esforços e trabalho) numa insistência que seria em pura perda e acabaria provocando cisões e disputas estérteis entre companheiros que terminariam envolvidos na questão — preferi considerar a impugnação, não permitindo a apresentação de minha candidatura.

Infelizmente, nem assim foi possível a realização das eleições, pois os "vetos" se sucederam, sem qualquer explicação, a participantes de chapas constituídas sem a minha interferência, quase todos até hoje no exercício de mandatos sindicais — o que pressupõe a inconsistência da imputação de serem "elementos de reconhecida atuação subversiva". Finalmente, exaustos todos os recursos, decidiu o Conselho de Representantes da CONTEC não mais submeter à vexatória e ilegal exigência da apresentação prévia de nomes e resolveu, por unanimidade, conforme consta de ata encaminhada ao Ministério do Trabalho, pela impossibilidade da apresentação de candidatos, preferindo entregar a entidade aos cuidados

de uma Junta Governativa, cujos componentes foram submetidos à homologação do Ministério, na forma da lei.

Sequer a Junta indicada mereceu aprovação em sua integridade, o que levou os **companheiros** poupados pelo alfange ministerial a renunciarem ao encargo, o que obrigou o Ministério a assumir a responsabilidade de intervir na CONTEC, nomeando uma Junta Interventora composta de funcionários seus, situação que até agora perdura.

Fui acusado ainda de "prestigiar e manter a meu lado na Diretoria da CONTEC elementos com registros de atuação comprometedora, só apoiando aqueles que apoiassem minha política de sabotagem."

Como Presidente da CONTEC, não dispunha de acesso aos órgãos de informação e, mesmo que assim não fosse, não estava entre as minhas atribuições a de cassar mandatos. No entanto, devo aos meus companheiros de Diretoria o mencioná-los aqui, citando a situação atual de cada um:

Vice-Presidente — Wilson Gomes de Moura: É Presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco. Foi nomeado para compor a Junta Governativa que me sucederia, recusando-se a tomar posse em face da impugnação de um dos companheiros indicados.

Secretário-Geral — Laécio de Figueiredo Pereira — É Presidente da Federação dos Bancários dos Estados do Rio de Janeiro, Guanabara e Espírito Santo.

Diretor de Assuntos Sociais e Trabalhistas — Paulo Zimmermann — É Presidente da Junta Governativa do Sindicato dos Bancários da Guanabara:

Tesoureiro — Auri Gomes da Silva — É suplente de vogal classista na Primeira Junta de Recursos da Previdência Social do Estado da Guanabara, nomeado pela Portaria nº 308, do MTPS, publicada no Diário Oficial da União, de 4.7.73, pág. 641, tomando posse em ato prestigiado com o comparecimento do Delegado Regional do Trabalho da Guanabara.

Diretor Procurador — Fernando Arthur Tollendal Pacheco — Era Diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília. Recentemente, no desfecho inesperado de processo no qual denunciou, documentadamente, irregularidades administrativas no Sindicato do qual era Diretor, teve cassado o seu mandato sem processo contraditório regular e sem observância de quaisquer das formalidades legais. Em sucessivos requerimentos tem exigido do Ministério do Trabalho ciência dos motivos da cassação e oportunidade de defender-se, sem obter a menor explicação. A propósito, no interesse da verdade, apelo a V. Exª para que procure esclarecer os motivos da insólita medida punitiva.

Parece-me oportuno fazer, aqui, para terminar, um necessário esclarecimento. Se venho empregando a primeira pessoa do singular, com referência à minha atuação à frente da CONTEC, faço-o porque não me furto a assumir a plena responsabilidade de meus atos, dos quais não tenho motivo algum para me envergonhar. Mas é importante frisar que, de acordo com as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, o Presidente e os demais Diretores das Confederações são eleitos pelas federações filiadas e podem ser por elas destituídos. A própria orientação que se imprime à entidade máxima é traçada por um Conselho de Representantes de todas as Federações, o que torna impraticável qualquer tentativa de se forçar, de forma permanente, um desvio personalista para rumos e objetivos contrários aos fixados pelo Conselho de Representantes. Além do mais, num esforço destinado a estreitar os vínculos entre os representantes e os representados, a CONTEC, durante a minha gestão, promoveu freqüentes encontros com suas bases, de âmbito regional e nacional, além de haver conseguido realizar, anualmente, congressos de escala nacional. Dessa orientação amplamente aberta e democrá-

tica resultava que as posições adotadas pela CONTEC e manifestadas pelo seu Presidente refletiam realmente o pensamento de suas bases e eram, também, de responsabilidade solidária e maior de seu Conselho de Representantes.

Assim, a curiosa afirmação de que as bases — e especialmente as Federações filiadas — estavam insatisfeitas com a orientação dada à CONTEC, torna-se até risível, pois, às vésperas das eleições em que seria escolhida nova Diretoria, fosse isso verdade e bastaria que indicassem outro nome para a Presidência.

A verdade, que ressalta de todo este relato, é a desprimorosa maneira como o Ministério do Trabalho tem procurado submeter as entidades sindicais, por todos os abundantes meios que lhe permite a legislação do Estado Novo, ainda vigente, e até mesmo exorbitando das escassas limitações que a lei lhe impõe.

A verdade, em suma, é que a atual estrutura sindical, inspirada no fascismo italiano, impede a criação de um sindicalismo autenticamente representativo e conduz, em última análise, através de processo corruptor de consciências, conduzido, em diversas oportunidades, pelo Ministério do Trabalho, à fachada de sindicalismo que aí vemos, servindo de instrumento a qualquer corrente política que predomine na condução do Estado.

A verdade é que a inexistência de um sindicalismo real tem influência psicossociais altamente nefastas e se torna um dos principais fatores impeditivos do estabelecimento estável do Estado de Direito em nosso País.

Quanto à informação de que autorizei fosse propalada no exterior a notícia de minha condenação a vinte anos de prisão, limito-me a classificá-la como inteiramente fantasiosa, de vez que dela tomei conhecimento, pela primeira vez, pela leitura do Diário do Congresso, responsabilizando, desde já, o seu autor ou os seus autores por qualquer constrangimento que acaso venha a sofrer, em consequência dessa quimérica acusação.

Solicito a concordância de Vossa Excelência com a atitude que estou tomando de mandar cópia desta carta às pessoas nelas mencionadas, às quais me considero no dever de cientificar as referências feitas a seus nomes. Sinto-me desobrigado, por motivos óbvios, de adotar idêntica atitude com relação aos nomes mencionados que ocupem cargos no Ministério do Trabalho.

Valho-me da oportunidade para manifestar a Vossa Excelência a minha maior admiração e o meu mais profundo respeito.

Saudações. a - Ruy Brito de Oliveira Pedroza, end. Av. 9 de julho, 1.143 — ap. 412 — São Paulo - SP.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Lindenberg.

O SR. CARLOS LINDENBERG (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem, os nobres Senadores Danton Jobim e Vasconcelos Torres manifestaram-se, neste plenário, sobre a inauguração do monumental Ponte "Presidente Costa e Silva" e o fizeram com entusiasmo e satisfação, dada a elevada significação da grande obra, no processo desenvolvimentista do País.

Associando-me aos referidos pronunciamentos, quero também me congratular, como representante do Espírito Santo, com S. Exª. o Chefe do Governo, com S. Exª. o Sr. Ministro Andreazza e com todos quantos se dedicaram na construção daquele monumento, que é, sem dúvida, um marco imperecível de uma época de trabalho e dedicação, visando apenas os altos interesses do País.

Hoje está sendo inaugurada, no Espírito Santo, em Baixo Guandu, a Usina Elétrica de Mascarenhas, que fornecerá à nossa terra mais 174.000 kw, para o seu desenvolvimento. É também uma obra de grande porte, não apenas pelos recursos ali empregados, mas pelo que ela representa de efeito multiplicador para o progresso da região.

É mais um importante elemento colocado nas mãos do povo espírito-santense para facilitar seu trabalho, cabendo a esse mesmo

povo saber aproveitá-lo, em benefício de seu progresso e de sua grandeza.

Em meu nome e de todos os capixabas, quero manifestar aqui nossa gratidão a S. Ex^a. o Sr. Presidente Médici e a S. Ex^a o Sr. Ministro Dias Leite, pelo extraordinário benefício recebido e nossas congratulações com S. Ex^a. e suas equipes, com o Exm^o. Sr. Governador Arthur Carlos Gerhardt Santos e o povo do Espírito Santo e com todos quantos ali emprestaram suas atividades, do mais graduado chefe ao mais humilde dos operários, pela feliz conclusão da obra, que representa, incontestavelmente, não apenas um marco de progresso para o Estado, porém, igualmente, mais um marco de uma profícua, admirável e extraordinária administração, voltada com patriotismo para a grandeza de toda a Pátria Brasileira. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, para leitura de mensagens presidenciais.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 1973, de autoria do Senhor Senador Antonio Carlos, que dá

nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 389, de 26 de dezembro de 1968, que dispõe sobre os efeitos pecuniários decorrentes do trabalho em condições de insalubridade e de periculosidade, tendo

Pareceres, sob nºs 733 e 734, de 1973, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Legislação Social**, favorável.

2

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1973, de autoria do Sr. Senador Benjamim Farah, que permite o abatimento, nas declarações de Imposto de Renda, de 50% das importâncias pagas pelos contribuintes a título de alugueis residenciais, tendo

Parecer, sob nº 689, de 1973, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Adalberto Sena) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 5, de 1974 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.289, de 29 de novembro de 1973, que "Autoriza a União a abrir, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial para o fim que especifica".

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 1974

Às dez horas do dia cinco de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Luis de Barros, Luiz Cavalcante, Leandro Maciel, Antônio Fernandes, Magalhães Pinto, Lenoir Vargas, Guido Mondin e Ruy Carneiro e os Senhores Deputados Elias Carmo, Oswaldo Zanello, José Penedo, Joaquim Macedo e Elcio Alvares, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem nº 5, de 1974 (CN), que "Autoriza a União a abrir, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial para o fim que especifica".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Leandro Maciel, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Antônio Fernandes.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Elias Carmo	13 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Ruy Carneiro	13 votos
Em branco	1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Deputados Elias Carmo e Senador Ruy Carneiro.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Elias Carmo, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Senador Magalhães Pinto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e vai à publicação. — Deputado **Elias Carmo**, Presidente — Senador **Ruy Carneiro**, Senador **Magalhães Pinto**, — Senador **José Lindoso** — Senador **Luis de Barros** — Senador **Luiz Cavalcante** — Senador **Leandro Maciel** — Senador **Antônio Fernandes** — Senador **Lenoir Vargas** — Senador **Guido Mondin** — Senador **Ruy Carneiro** — Deputado **Oswaldo Zanello** — Deputado **José Penedo** — Deputado **Joaquim Macedo** — Deputado **Elcio Alvares**.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Elias Carmo
Vice-Presidente: Senador Ruy Carneiro
Relator: Senador Magalhães Pinto

Senadores	Deputados
ARENA	
1. José Lindoso	1. Elias Carmo
2. Luis de Barros	2. Oswaldo Zanello
3. Milton Cabral	3. José Penedo
4. Luiz Cavalcante	4. Joaquim Macedo
5. Leandro Maciel	5. José Sá Silva Barros
6. Antônio Fernandes	6. Aécio Cunha
7. Magalhães Pinto	7. Adhemar de Barros
8. Benedito Ferreira	8. Elcio Alvares
9. Lenoir Vargas	
10. Guido Mondin	

MDB

1. Ruy Carneiro

1. Harry Sauer

2. Cesar Nascimento

3. Antônio Annibelli

CALENDÁRIO

Dia 04.03.74 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

Até dia 24.03.74 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 24.03.74, na Comissão Mista;

Até dia 25.04.74, no Congresso Nacional.

Subsecretaria de Comissões: Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar Térreo — Anexo II — Senado Federal — Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Telefone: 24-81-05 — Ramais 674 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 06, de 1974 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre a aplicação financeira de disponibilidades pelas entidades da Administração Federal Indireta, bem como pelas Fundações supervisionadas pela União, e dá outras providências".

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 1974

Às dez horas e trinta minutos do dia cinco de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Auditório do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Flávio Brito, Renato Franco, Dinarte Mariz, Wilson Campos, Heitor Dias, Carlos Lindenberg, Osires Teixeira e Fernando Correa e os Senhores Deputados Nosser Almeida, José Tasso Andrade, Henrique Fanstone e Dyrno Pires, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem nº 6, de 1974 (CN), que "Dispõe sobre a aplicação financeira de disponibilidades pelas entidades da Administração Federal Indireta, bem como pelas Fundações supervisionadas pela União e dá outras providências".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Dinarte Mariz, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas o Senhor Presidente convida para funcionar como escrutinador o Senhor Senador Renato Franco.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Carlos Lindenberg	11 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Amaury Müller	12 votos
------------------------------	----------

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente os Senhores Senador Carlos Lindenberg e Deputado Amaury Müller.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Carlos Lindenberg, agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Deputado Henrique Fanstone.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente de Comissão, lavrei a

presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da Comissão e vai à publicação. — Senador Carlos Lindenberg — Deputado Amaury Müller — Deputado Henrique Fanstone — Senador Flávio Brito — Senador Renato Franco — Senador Dinarte Mariz — Senador Wilson Campos — Senador Heitor Dias — Senador Osires Teixeira — Senador Fernando Correa — Deputado Nosser Almeida — Deputado José Tasso Andrade — Deputado Dyrno Pires.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Carlos Lindenberg

Vice-Presidente: Deputado Amaury Müller

Relator: Deputado Henrique Fanstone

ARENA

Senadores

1. Flávio Brito
2. Renato Franco
3. Virgílio Távora
4. Dinarte Mariz
5. Wilson Campos
6. Heitor Dias
7. Carlos Lindenberg
8. Osires Teixeira
9. Fernando Correa
10. Tarso Dutra

Deputados

1. Athos de Andrade
2. Nosser Almeida
3. José Tasso Andrade
4. Sinval Guazzelli
5. Furtado Leite
6. Henrique Fanstone
7. José Sally
8. Dyrno Pires

MDB

1. Franco Montoro

1. Amaury Müller

2. João Arruda

3. Bezerra de Norões

CALENDÁRIO

Dia 04-03-74 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

Até Dia 24-03-74 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 24-03-74, na Comissão Mista;

Até dia 28-04-74, no Congresso Nacional.

Subsecretaria de Comissões: Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar térreo — Anexo II — Senado Federal — Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Telefone: 24-81-05 — Ramais 674 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 7, de 1974, que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do decreto-lei nº 1.291, de 11 de dezembro de 1973, que "Prorroga a Vigência dos Estímulos à Exportação de Produtos Manufaturados".

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 1974.

Aos cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Auditório do Senado Federal, às onze horas, presentes os Srs. Senadores Geraldo Mesquita, Cattete Pinheiro, Alexandre Costa, Helvidio Nunes, Wilson Gonçalves, Saldanha Derzi, Celso Ramos e Guido Mondin e os Srs. Deputados Aldo Lupo, Alberto Hoffmann, José Haddad, Josias Leite, Henrique Alves e Joel Ferreira, realiza a sua primeira reunião a Comissão Mista do Con-

gresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 07, de 1974, que "Prorroga a vigência dos estímulos à exportação de produtos manufaturados".

De conformidade com o que preceitua as Normas Regimentais, assume a Presidência o Sr. Senador Wilson Gonçalves, que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para escolha de seus dirigentes e designa o Sr. Deputado José Haddad para funcionar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Deputado Alberto Hoffmann	13 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente

Deputado Henrique Alves	13 votos
Em branco	1 voto

Em cumprimento ao deliberado, o Sr. Presidente eventual, Sr. Senador Wilson Gonçalves, proclama eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Srs. Deputados Alberto Hoffmann e Henrique Alves e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência o Sr. Deputado Alberto Hoffmann agradece em seu nome e no do Sr. Deputado Henrique Alves a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Senador Alexandre Costa para relatar o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião e, para constar, eu, Hugo Antonio Crepaldi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, aprovada é assinada pelo Sr. Presidente, demais Membros e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional. — Senador Alexandre Costa — Senador Cattete Pinheiro — Senador Geraldo Mesquita — Senador Helvídio Nunes — Senador Wilson Gonçalves — Senador Saldanha Derzi — Senador Celso Ramos — Senador Guido Mondin — Deputado Aldo Lupo — Deputado Alberto Hoffmann — Deputado José Haddad — Deputado Josias Leite — Deputado Henrique Alves — Deputado Joel Ferreira.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Alberto Hoffmann
Vice-Presidente: Deputado Henrique Alves
Relator: Senador Alexandre Costa

ARENA

Senadores	Deputados
1. Geraldo Mesquita	1. Aldo Lupo
2. Cattete Pinheiro	2. Alberto Hoffmann
3. Alexandre Costa	3. José Haddad
4. Helvídio Nunes	4. Sussumo Hirata
5. Wilson Gonçalves	5. Luiz Losso
6. Paulo Guerra	6. Manoel Taveira
7. Emival Caiado	7. Josias Leite
8. Saldanha Derzi	8. Alvaro Galudêncio
9. Celso Ramos	
10. Guido Mondin	

MDB

1. Benjamin Farah	1. Henrique Alves
	2. José Camargo
	3. Joel Ferreira

CALENDÁRIO

Dia 04.03.74 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;
Até Dia 24.03.74 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 24.03.74, na Comissão Mista;

Até dia 29.04.74, no Congresso Nacional.

Subsecretaria de Comissões: Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — Andar Térreo — Anexo II — Senado Federal — Assistente: Hugo Antonio Crepaldi — Telefone: 24-8105 — Ramais 672 e 303.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 07, de 1974, que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei Nº 1.292, de 11 de dezembro de 1973, que "altera a legislação do imposto sobre produtos industrializados quanto ao valor tributável das bebidas, e dá outras providências".

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 1974

Aos cinco dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Auditório do Senado Federal, às onze horas e trinta minutos, presentes os Srs. Senadores Flávio Brito, José Sarney, Fausto Castelo-Branco, Waldemar Alcântara, Arnon de Mello, Carlos Lindenberg, Gustavo Capanema, Mattos Leão e Danton Jobim e os Srs. Deputados Wilmar Dallanhol, Arthur Fonseca, Garcia Neto, Januário Feitosa, Pinheiro Machado e Pedro Lucena, realiza a sua primeira reunião a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 08, de 1974, que "Altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados quanto ao valor tributável das bebidas, e dá outras providências".

De conformidade com o que preceitua as Normas Regimentais, assume a Presidência o Sr. Senador Carlos Lindenberg, que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para escolha de seus dirigentes e designa o Sr. Deputado Januário Feitosa para funcionar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente

Senador José Sarney	15 votos
Em branco	1 voto

Para Vice-Presidente

Senador Danton Jobim	15 votos
Em branco	1 voto

Em cumprimento ao deliberado, o Sr. Presidente eventual, Sr. Senador Carlos Lindenberg, proclama eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Srs. Senadores José Sarney e Danton Jobim e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador José Sarney agradece em seu nome e no do Sr. Senador Danton Jobim a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Deputado Wilmar Dallanhol para relatar o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião e, para constar, eu, Hugo Antonio Crepaldi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente, demais Membros e vai à publicação nas Seções I e II do Diário do Congresso Nacional. — Senador Flávio Brito — Senador José Sarney — Senador Fausto Castelo-Branco — Senador Jessé Freire — Senador Arnon de Mello — Senador Carlos Lindenberg — Senador Gustavo Capanema — Senador — Mattos Leão — Senador — Danton Jobim — Deputado Wilmar Dallanhol — Deputado Arthur Fonseca — Deputado Garcia Neto — Deputado Januário Feitosa — Deputado Pinheiro Machado — Deputado Pedro Lucena.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Sarney
Vice-Presidente: Senador Danton Jobim
Relator: Deputado Wilmar Dallanhol

ARENA

Senadores

1. Flávio Brito
2. José Sarney
3. Fausto Castelo-Branco
4. Waldemar Alcântara
5. Jessê Freire
6. Arnon de Melo
7. Carlos Lindenberg
8. Gustavo Capanema
9. Orlando Zancaner
10. Mattos Leão

Deputados

1. Wilmar Dallanhol
2. Arthur Fonseca
3. Edvaldo Flores
4. Garcia Neto
5. Januário Feitosa
6. Helbert dos Santos
7. Pinheiro Machado
8. Moacir Chiesse

MDB

1. Danton Jobim

1. Dias Menezes
2. José Camargo
3. Pedro Lucena

CALENDÁRIO

Dia 04.03.74 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;
Até Dia 24.03.74 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

PRAZO

Até dia 24-03-74, na Comissão Mista;
Até dia 29-04-74, no Congresso Nacional.

Subsecretaria de Comissões: Serviço de Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito — andar térreo — Anexo II — Senado Federal — Assistente; Hugo Antonio Chepaldi — Telefone: 24-81-05 — Ramais 672 e 303.

MESA		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente: Paulo Torres (ARENA — RJ)	3º-Secretário: Milton Cabral (ARENA — PB)	Líder: Petrônio Portella (ARENA — PI)
1º-Vice-Presidente: Antônio Carlos (ARENA — SC)	4º-Secretário: Geraldo Mesquita (ARENA — AC)	Vice-Líderes: Eurico Rezende (ARENA — ES) Ney Braga (ARENA — PR) Virgílio Távora (ARENA — CE) Dinarte Mariz (ARENA — RN) José Lindoso (ARENA — AM) Flávio Britto (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT) Osires Teixeira (ARENA — GO) Guido Mondin (ARENA — RS)
2º-Vice-Presidente: Adalberto Sena (MDB — AC)	Suplentes de Secretários: Luís de Barros (ARENA — RN)	LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
1º-Secretário: Ruy Santos (ARENA — BA)	José Augusto (ARENA — MG)	Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
2º-Secretário: Augusto Franco (ARENA — SE)	Antônio Fernandes (ARENA — BA)	Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB) Benjamin Farah (MDB — GB)
	Ruy Carneiro (MDB — PB)	

COMISSÕES

Diretora: Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon
Local: Anexo II - Térreo
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 27

A) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: J. Ney Passos Dantas
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
 - 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
 - 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
 - 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).
- Assistentes de Comissões: Hugo Rodrigues Figueiredo, Ramal 314; Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; e Haroldo Pereira Fernandes, Ramal 674.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313.

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares	ARENA	Suplentes
Antônio Fernandes		Tarso Dutra
Vasconcelos Torres		João Cleofas
Paulo Guerra		Fernando Corrêa
Ney Braga		
Flávio Britto		
Mattos Leão		
Amaral Peixoto	MDB	Ruy Carneiro

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares	ARENA	Suplentes
José Guimard		Saldanha Derzi
Teotônio Vilela		Osires Teixeira
Dinarte Mariz		Lourival Baptista
Wilson Campos		
José Esteves		
Clodomir Milet		
Ruy Carneiro	MDB	Franco Montoro

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares	ARENA	Suplentes
José Lindoso		Eurico Rezende
José Sarney		Osires Teixeira
Carlos Lindenberg		João Calmon
Helvídio Nunes		Lenoir Vargas
Itálvio Coelho		Vasconcelos Torres
Mattos Leão		Carvalho Pinto
Heitor Dias		
Gustavo Capanema		
Wilson Gonçalves		
José Augusto		
Daniel Krieger		
Accioly Filho		
Nelson Carneiro	MDB	Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares	ARENA	Suplentes
Dinarte Mariz		Carlos Lindenberg
Eurico Rezende		Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro		Waldemar Alcântara
Ney Braga		José Lindoso
Osires Teixeira		Wilson Campos
Fernando Corrêa		
Saldanha Derzi		
Heitor Dias		
Antônio Fernandes		
José Augusto		

MDB

Ruy Carneiro Nelson Carneiro

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307

Reuniões: Quartas-feiras, às 09:30 horas

Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	ARENA	Suplentes
Magalhães Pinto		José Augusto
Vasconcelos Torres		Geraldo Mesquita
Wilson Campos		Flávio Britto
Jessé Freire		Leandro Maciel
Arnon de Mello		
Teotônio Vilela		
Paulo Guerra		
Renato Franco		
Helvídio Nunes		
Luiz Cavalcante		

MDB

Franco Montoro Amaral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

Titulares	ARENA	Suplentes
Gustavo Capanema		Arnon de Mello
João Calmon		Helvídio Nunes
Tarso Dutra		José Sarney
Benedito Ferreira		
Cattete Pinheiro		
Milton Trindade		

MDB

Benjamin Farah Franco Montoro

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares	ARENA	Suplentes
Celso Ramos		Cattete Pinheiro
Lourival Baptista		Itálio Coelho
Saldanha Derzi		Daniel Krieger
Benedito Ferreira		Milton Trindade
Alexandre Costa		Dinarte Mariz
Fausto Castelo Branco		Eurico Rezende
Lenoir Vargas		Flávio Britto
Jessé Freire		Emival Caiado
João Cleofas		
Carvalho Pinto		
Virgílio Távora		
Wilson Gonçalves		
Mattos Leão		
Tarso Dutra		

MDB

Amaral Peixoto Nelson Carneiro

Ruy Carneiro

Danton Jobim

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

Titulares	ARENA	Suplentes
Heitor Dias		Wilson Campos
Renato Franco		Accioly Filho
Guido Mondin		José Esteves
Ney Braga		
Eurico Rezende		

MDB

Franco Montoro Danton Jobim

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 624.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

Titulares	ARENA	Suplentes
Arnon de Mello		Paulo Guerra
Luiz Cavalcante		Antônio Fernandes
Leandro Maciel		José Guimard
Milton Trindade		
Lenoir Vargas		

MDB

Benjamin Farah Danton Jobim

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 310

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR) (5 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carlos Lindenberg		Lourival Baptista
José Lindoso		Wilson Gonçalves
José Augusto		
Cattete Pinheiro		
	MDB	
Danton Jobim		Ruy Carneiro

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE) (15 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Carvalho Pinto		Emival Caiado
Wilson Gonçalves		Fausto Castelo-Branco
Jessé Freire		Carlos Lindenberg
Fernando Corrêa		José Lindoso
Dinarte Mariz		José Guimard
Arnon de Mello		Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto		Virgílio Távora
Accioly Filho		Ney Braga
Saldanha Derzi		
José Sarney		
Lourival Baptista		
João Calmon		
	MDB	
Franco Montoro		Amaral Peixoto
Danton Jobim		
Nelson Carneiro		

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS) (7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Fernando Corrêa		Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco		Wilson Campos
Cattete Pinheiro		Clodomir Milet
Lourival Baptista		
Luís de Barros		
Waldemar Alcântara		
	MDB	
Benjamin Farah		Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Quartas-feiras, às 10:00 horas
Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN) (7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: José Guimard

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Waldemar Alcântara		Alexandre Costa
José Lindoso		Celso Ramos
Virgílio Távora		Milton Trindade
José Guimard		
Flávio Britto		
Vasconcelos Torres		
	MDB	
Benjamin Farah		Amaral Peixoto

Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC) (7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Celso Ramos		Magalhães Pinto
Osires Teixeira		Gustavo Capanema
Heitor Dias		Paulo Guerra
Jessé Freire		
	MDB	
Amaral Peixoto		Benjamin Farah

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT) (7 Membros)

COMPOSIÇÃO
Presidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares		Suplentes
	ARENA	
Leandro Maciel		Dinarte Mariz
Alexandre Costa		Luís de Barros
Luiz Cavalcante		Virgílio Távora
Lenoir Vargas		
Benedito Ferreira		
José Esteves		
	MDB	
Danton Jobim		Benjamin Farah

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.

ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967

OS ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas (antiga Diretoria de Informação Legislativa), e impressa pelo Centro Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adaucto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto.

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

3º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4º volume da obra, com indicação nas páginas.

7º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo.

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo. Volume com 282 páginas — Preço: Cr\$ 8,00.

Os pedidos devem ser endereçados à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS — SENADO FEDERAL
ANEXO I — 11º ANDAR — 70.000 — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA — DF

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,50